Introdução

Na memória dos seus habitantes e dos estrangeiros que a visitavam, a Lisboa medieval consubstanciava-se nas suas muralhas, no seu castelo, na sua catedral, no seu paço do concelho e na sua ribeira. Monumentos visuais que marcavam a paisagem, estes eram também símbolos dos poderes em que se decompunham as múltiplas jurisdições existentes no espaço urbano. Sendo eles elementos comuns às restantes urbes do reino, cada um deles concorria, à sua maneira, para marcar a importância do burgo. Com efeito, Lisboa, simultaneamente cidade do rei, cidade do bispo, cidade do concelho, cidade mercantil por excelência, destacava-se no panorama urbano medieval português.

Desde logo, em termos geográficos. De facto, *Lixboa* foi a maior urbe do reino em termos espaciais, mesmo antes da cerca fernandina alargar, a partir do final do terceiro quartel de Trezentos, a área do seu intramuros a mais de cem hectares¹. O que fazia dela uma cidade de médio porte a nível europeu². Esta importância em tamanho dobrava-se de uma localização privilegiada. Sítio multiseccular³, irrigado pelas mais importantes vias terrestres estremenhas⁴ e anichado na embocadura de um dos mais importantes cursos de água da Península ibérica, abria-se-lhe o acesso ao *hinterland* ribatejano e, daí, à Estremadura andaluzo-castelhana. À beira do rio⁵ e à beira do mar⁶ – próxima do «fim do Mundo» segundo a conceptualização espacial que a Cristandade

¹ Mais precisamente 103, 6 hectares segundo as contas de A.H. de Oliveira Marques. A.H. de Oliveira MARQUES, «Les villes portugaises au Moyen Age (XIV^e-XV^e siècles)» in Marie-Thérèse CARON, org., *Villes et sociétés urbaines au Moyen Âge. Hommage à M. de Professeur Jacques Heers*, Paris, Presses Universitaires de Paris-Sorbonne, 1994, p. 116.

² *Ib.*

³ Sobre as características geo-climáticas da localização de Lisboa, veja-se Jorge GASPAR, «O Desenvolvimento do Sítio de Lisboa» in Irisalva MOITA, coord. *O Livro de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, p. 11-14; Ana Maria ARRUDA, «A Península de Lisboa entre o Norte atlântico e o Oriente mediterrânico» in *Lisboa subterrânea*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1994, p. 52-57, os quais insistem na confluência da geografia, orografia, riquezas naturais e do próprio vento para explicar a continuidade da ocupação humana desse espaço.

⁴ Sobretudo do eixo estruturante que pelo litoral ligava *Olisipo* a *Bracara Augusta*. Vasco Gil MANTAS, «As cidades marítimas da Lusitânia» in *Les villes de Lusitanie romaine Hierarchies et territoires*, Paris, CNRS, 1990, 160-173; *id.*, *A rede viária da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*, dissertação de Doutoramento em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1996. 2 vols; Jorge de ALARCÃO, «Lisboa romana e visigótica» in *Lisboa subterrânea*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1994, p. 58-63; Luís Lopes SEABRA, «Itinerários da Estrada *Olisipo-Bracara*: contributo para o estudo da Hispania de Ptolomeu», *O Arqueólogo Português*, série IV, 13/15 (1995-1997), p. 313-346.

⁵ Suzanne DAVEAU, «A foz do Tejo, palco da história de Portugal» in *Lisboa subterrânea*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1994, p. 24-30.

⁶ A. H. de Oliveira MARQUES, «Lisboa, cidade marítima» in *ib.*, *Novo Ensaio de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, p. 92-95; Pedro Gomes BARBOSA, «Lisboa – o Tejo, a Terra e o Mar» in *id.*, *Lisboa. O Tejo, a Terra e o Mar (e outros estudos)*, Lisboa, Edições Colibri, 1995, p. 11-21.

tinha da sua localização⁷ – Lisboa soube transformar a sua óbvia situação de periferia geográfica numa centralidade económica.

À parte a polémica sobre a origem cronológica dessa sua preeminência, para alguns centrada no período da sua ocupação pelos Muçulmanos⁸, para outros fruto da sua tomada pelos Cristãos⁹, o certo é que essa preeminência existiu, tendo em conta as actividades económicas e comerciais que rapidamente aí se geraram no seguimento da sua conquista em 1147¹⁰. Lisboa tornava-se assim, desde muito cedo, um pólo de abastecimento, inclusive para aqueles oriundos das margens tajanais¹¹. Esta questão do aprovisionamento regional não era despiciente, pois a sua importância como mercado abastecedor no termo circundante – tanto para sul na direcção da Outra Banda¹², como

⁷ É bastante conhecido o argumento segundo o qual Urbano IV autorizou o bispo de Lisboa D. Mateus a não se apresentar em Roma para a tradicional visita *ad limina*, porque Lisboa se situava *in remotis mundi finibus* (*Les Registres d'Urbain IV (1261-1264)*, edição de Jean GUIRAUD e Suzanne CLÉMENTCET, Paris, De Boccard, t. I, p. 1899, n. 305 citado em Peter LINEHAN, *The Spanish Church and the Papacy in the Thirteenth Century*, Cambridge, Cambridge University Press, 1971, p. 102.

⁸ Veja-se Mário VIANA, *Espaço e Povoamento numa vila portuguesa*, Lisboa, Caleidoscópio, 2008, p. 19. Outros autores admitem mesmo uma grande projecção económica da cidade em cronias anteriores (João PIMENTA, Marco CALADO e Manuela LEITÃO, «Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: as ânforas da sondagem n.º 2 da Rua de São João da Praça», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 8, 2 (2005), p. 331). Mesmo descontando a natural propaganda associada, o conhecido relato do cruzado inglês avança que a cidade era, por altura da conquista, a cidade «mais rica e opulenta em provisões de toda a África e de parte da Europa» (*A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado*, introdução de Maria João V. BRANCO; edição, tradução e notas de Aires A. NASCIMENTO, Lisboa, Vega, 2001, p. 77/78).

⁹ Gérard PRADALIÉ, *Lisboa da Reconquista ao fim do século XIII*, Lisboa, Edições Palas, 1975, p. 18-20; Mário VIANA, *Espaço e Povoamento...*, p. 19. No mesmo sentido segue, ainda que algo hesitante, Carlos Guardado da SILVA, *Lisboa Medieval. A Organização e a estruturação do espaço urbano*, Lisboa, Edições Colibri, 2008, p. 80-81.

¹⁰ Um argumento para atestar essa vitalidade precoce pode ser a existência de uma feira em Lisboa desde pelo menos o reinado de D. Sancho I (Gérard PRADALIÉ, *Lisboa da Reconquista...*, p. 69).

¹¹ Neste particular, é de especial interesse mencionar a presença de escalabitanos que se vinham abastecer a Lisboa (Arquivo Nacional da Torre do Tombo [doravante ANTT], *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fl. 125v-126v (1318, Mai. 1, Santarém). As relações entre Santarém e Lisboa, no período medieval, foram objecto de uma recente e clara revisão por Mário Viana (Mário VIANA, *Espaço e Povoamento...*, p. 18-27). Para além disso, não convém esquecer que muitos destes habitantes de Santarém dispunham de bens em Lisboa e no seu termo. Para um caso preciso, veja-se Maria Filomena ANDRADE, «João Viegas, cavaleiro de Santarém: um percurso patrimonial» in Natália Marinho ALVES, Maria Cristina Almeida e CUNHA, Fernanda RIBEIRO, eds. *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. III, Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património e Departamento de História, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, p. 363-374, nomeadamente as páginas 366-368.

¹² Como se depreende do 52.º capítulo geral das Cortes de Elvas, no qual é ordenado que os concelhos de Lisboa e de Almada deviam assegurar o serviço das barcas entre ambas das margens do Tejo, documento que, para José Mattoso, mostra a atracção exercida pela capital e a sua vertente de mercado abastecedor (José MATTOSO, «Perspectivas económicas e sociais das cortes de 1385» in *id.*, *Fragments de uma composição medieval*, Lisboa, Estampa, 1987, p. 268).

para Norte, ao longo da Margem Direita do Tejo¹³ – acabou por ajudar a *satelizar* as vilas ao redor¹⁴.

Por razões óbvias, a esta função de pólo dinamizador das relações comerciais internas acrescia ainda, desde pelo menos os finais do século XIII, o posicionamento geo-estratégico da cidade e da sua importância como local de confluência das rotas mercantis do norte atlântico com as do leste mediterrânico¹⁵.

Mas esta singularidade definia-se igualmente em termos sociais. Lisboa foi a urbe mais populosa do reino, com cerca de trinta mil almas em finais do século XIV¹⁶. Este facto, por si só, não deixaria de influir no acréscimo do número de funcionários e de instituições necessárias ao desenrolar da actividade quotidiana na cidade. Era, conseqüentemente, a cidade do reino onde existiam o maior número de tabeliães¹⁷ e o burgo servido pelo mais vasto número de instituições de assistência¹⁸. Aí, também, o

¹³ Maria Manuela CATARINO, *Na margem direita do Baixo Tejo. Paisagem rural e recursos alimentares (sécs. XIV e XV)*, Cascais, Patrimonia, 2000, p. 50.

¹⁴ Ana Maria Rodrigues afirma assim que o crescimento desmesurado de Lisboa no século XV se apoiou nas povoações de Arruda e de Torres Vedras. Ana Maria Seabra de Almeida RODRIGUES, «A população de Torres Vedras em 1381» in *ead.*, *Espaços, Gente e Sociedade no Oeste. Estudos sobre Torres Vedras Medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996, p. 60.

¹⁵ Juan Ignacio RUIZ DE LA PEÑA SOLAR, «Las villas castellanas de la costa cantabro-atlántica y su proyección comercial en el Mediterráneo occidental», *Revista de Historia Medieval*, Valencia, 11 (2000), p. 53; A. H. de Oliveira MARQUES, *Hansa e Portugal na Idade Média*, segunda edição revista e aumentada, Lisboa, Editorial Presença, 1993, p. 28-36, entre muitos outros.

¹⁶ Segundo a conhecida estimativa efectuada por A. H. de Oliveira Marques, que representava um profundo aumento face aos cerca de seis mil indivíduos perspectivados pelo mesmo autor por alturas do século XII (A. H. de Oliveira MARQUES, *História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Editorial Presença, 1972, p. 131; *id.*, *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*, Lisboa, Editorial Presença, 1987, p. 186; A. H. de Oliveira MARQUES; Iria GONÇALVES e Amélia Aguiar ANDRADE, org. *Atlas das Cidades Medievais Portuguesas*, vol. I, Lisboa, INIC/Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990, p. 55). Como factor de comparação, sigamos as palavras de Iria Gonçalves, quando refere que o seu tamanho e a sua população eram quatro a cinco vezes superior a qualquer uma das cidades existentes no reino nesse mesmo final do século XIV. Iria GONÇALVES, «Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia», *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 1 (1980), p. 153-154.

¹⁷ Isaias da Rosa PEREIRA, «O tabelionado em Portugal» in *Notariado público y documento provado de los orígenes al siglo XIV. Actas del VII Congreso Internacional de Diplomática*, Valencia, Generalitat, 1989, p. 662; João Paulo Oliveira FRESCO, *O tabelião lisboeta Afonso Guterres: reconstrução e análise diplomática da sua actividade de escrituração (1400-1441)*, dissertação de Mestrado em Paleografia e Diplomática, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2006, p. 16.

¹⁸ Sobre a rede assistencial na Lisboa medieval, na falta de uma história compreensiva sobre o número e o funcionamento dos hospitais, albergarias e mercearias da cidade, veja-se Fernando da Silva CORREIA, «Os velhos hospitais da Lisboa Antiga», *Revista Municipal*, 10 (1940), p. 3-13; José Maria António NOGUEIRA, «Algumas notícias acerca dos hospitais existentes em Lisboa e suas proximidades, antes da fundação do Hospital de Todos os Santos – 15 de Maio de 1492» in *id.*, *Esparsos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934, p. 75-125; Abílio José SALGADO e Anastácia Mestrinho SALGADO, «Hospitais Medievais», *Dicionário da História de Lisboa*, dir. Francisco SANTANA e Eduardo SUCENA, Lisboa, Carlos Quintas & Advogados, 1994, p. 442-446 e Miguel Gomes MARTINS, «Entre a gestão e as ingerências: a administração hospitalar na Lisboa de Quatrocentos» in *João Afonso de Santarém e a assistência hospitalar escalabitana durante o Antigo Regime*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém,

grupo eclesiástico secular se apresentava como o mais importante, já que Lisboa comportava vinte e três freguesias, organizadas todas sob a forma de colegiadas¹⁹. A sua dinâmica populacional obrigava-a ainda a fornecer um contingente de trezentos besteiros para a hoste régia²⁰.

A esse facto acrescia ainda o seu carácter cosmopolita, onde pontificavam importantes comunidades de mercadores, de letrados, de oficiais régios, de minorias confessionais judias e muçulmanas, assim como comunidades significativas de estrangeiros, geralmente ligados ao comércio e às actividades da alta finança²¹. Lisboa continha assim, no seu seio, uma forte componente mercantil, só comparável, porventura às suas congéneres do Porto, de Burgos ou de Sevilha²². Lisboa assumia-se portanto como um burgo que se situava a uma escala peninsular, senão europeia²³.

2000, p. 121-131. Robert Favreau mostrou a relação entre a rede hospitalar e a importância do burgo, ao observar que as cidades mais importantes eram justamente aquelas onde existiram um maior número de hospitais e mercearias. Robert FAVREAU, «Réseau hospitalier et fait urbain (début XIV^e siècle)» in Catherine LAURENT, Bernard MERDRIGNAC et Daniel PICHOT, dirs. *Mondes de l'Ouest et villes du monde. Regards sur les sociétés médiévales. Mélanges en l'honneur d'André Chédévile*, Rennes, Presses universitaires de Rennes-Société d'histoire et d'archéologie de Bretagne, 1998, p. 593.

¹⁹ Augusto Vieira da SILVA, *As freguesias de Lisboa (estudo histórico)*, Lisboa, Publicações culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1943, p. 10-15; 28-45, 71-72; José Manuel VARGAS, «As freguesias de Lisboa e do seu termo na Idade Média», *Olisipo*, 2^a série, 17 (Julho-Dezembro 2002), p. 48-49 e Mário FARELO, «O direito de padroado na Lisboa medieval», *Promontoria*, ano 4, 4 (2006), p. 269-277. Lisboa assume-se assim como a urbe com o maior número de freguesias urbanas de todos os aglomerados existentes no reino durante o período em estudo.

²⁰ Certamente um número avultado para a época, se comparado com os outros burgos do reino. Sobre esta questão veja-se Miguel Gomes MARTINS, *Lisboa e a Guerra. 1367-1411*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 36-39; «Os Besteiros do Conto em Lisboa – De 1325 aos inícios do século XV», *Cadernos do Arquivo Municipal de Lisboa*, 1 (1997), p. 100; *id.*, «O Rol dos Besteiros de 1421 – Da teoria à prática: um exemplo do termo de Lisboa» in Luís Adão da FONSECA, Luís Carlos AMARAL, Maria Fernanda Ferreira SANTOS, coords., *Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, vol. III, Porto, Livraria Civilização Editora, 2003, p. 1205.

²¹ Luís Miguel DUARTE, «Prosopografia e elites urbanas: a investigação portuguesa» in *La Prosopografía como método de investigación sobre la Edad Media. Seminário de Historia Medieval*, Zaragoza, Universidad de Zaragoza, 2006, p. 107.

²² Armando Luís de Carvalho HOMEM, «Poder e poderes no Portugal de finais da Idade Média», *Biblos*, 76 (2000), p. 91. Não será decerto por um acaso que Damião de Góis refere, no seu conhecido elogio à cidade de Lisboa, ainda que seiscentista, que a única cidade igualmente «rainha dos mares» como Lisboa era precisamente Sevilha (Damião de GOIS, *Elogio da Cidade de Lisboa. Urbis Olisiponis descriptio*, introdução de Ilídio do AMARAL; apresentação, edição crítica, tradução, introdução e comentário de Aires A. do NASCIMENTO, Lisboa, Guimarães Editores, 2002, p. 83 citado igualmente em Amélia Aguiar ANDRADE, «La dimensión urbana de un espacio atlántico: Lisboa» in *XXXIII Semana de Estudios Medievales. Estella, 17 a 21 de julio de 2006*, Pampluna, Gobierno de Navarra, 2007, p. 348).

²³ Este facto não passou despercebido aos historiadores e justificou, por exemplo, que a cidade não se encontrasse na tipologia quadripartida dos aglomerados urbanos medievais teorizada por Maria Helena da Cruz Coelho, na sua lição de agregação baseada no estudo dos capítulos gerais e especiais das Cortes de 1439. Maria Helena da Cruz COELHO, «Relações de Domínio no Portugal Concelhio de Meados de Quatrocentos», *Revista Portuguesa de História*, XXV (1990), p. 247, 251-254.

Para os seus habitantes, a importância e a projecção da cidade²⁴ expressavam-se ainda – e especialmente – na crescente permanência nos seus muros da pessoa régia e da sua Corte a partir da segunda metade do século XIII²⁵. Mais do que a nova realidade

²⁴ Note-se que registámos exemplos da identificação de Lisboa como vila entre o final do século XIII (1295) e durante toda a primeira metade do século XIV. ANTT, *Gaveta XIV*, m. 4, n. 21; *Leitura Nova. Livro 2º dos Direitos Reais*, fl. 131-132 (1295, Abr. 12, Lisboa); ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa*, 1ª inc., m. 4, n. 38 (1298, Set. 2, Lisboa (Mosteiro de S. Vicente de Fora)); ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fl. 6 (1299, Jan. 20, Lisboa); ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens* [doravante *M.C.O.*], *Convento de S. Bento de Avis*, m. 2, n. 229 (1302, Nov. 14, Lisboa (No Concelho)); ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fl. 48v (1305, Nov. 4, Lisboa); ANTT, *Convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa*, m. 5, n. 3 (1306, Out. 8, Lisboa); ANTT, *Ordem dos Pregadores. Convento de S. Domingos de Lisboa*, liv. 4, fl. 192 (1308, Jan. 26, Lisboa); ANTT, *Mosteiro de Santos-o-Novo*, n. 496 (1309, Jan. 15, Lisboa); ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa*, 1ª inc., m. 5, n. 28 (1310, Fev. 24, Lisboa); ANTT, *Colegiada de Sta. Cruz do Castelo de Lisboa*, m. 1, n. 22 (1311, Jul. 14, Alcáçovas); ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fl. 85v (1314, Mar. 9, Muge); *ib.*, fl. 131 (1315, Dez. 18, Santarém); ANTT, *Colegiada de Sta. Cruz do Castelo de Lisboa*, m. 1, n. 28 (1316, Jul. 8, Lisboa); ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa*, 1ª inc., m. 6, n. 6 (1317, Nov. 8, Lisboa (Casas de D. Francisco Domingues, prior da Alcáçova de Santarém)); ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 4, fl. 87v (1320, Ago. 20, Lisboa); ANTT, *Colegiada de Sta. Cruz do Castelo de Lisboa*, m. 1, n. 36 (1320, Out. 27, Lisboa); ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fl. 133v (1320, Dez. 29, Santarém); *ib.*, fl. 134v (1321, Fev. 24, Santarém); ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 1, fl. 19v-20v (1321, Abr. 14, Santarém em traslado de 1367, Nov. 6, Lisboa); ANTT, *Colegiada de Sta. Cruz do Castelo de Lisboa*, m. 1, n. 34 (1321, Jul. 6, Lisboa); ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fl. 141 (1321, Ago. 13, Lisboa); *ib.*, fl. 148-148v (1323, Jan. 21, Santarém); ANTT, *Colegiada de Sta. Cruz do Castelo de Lisboa*, m. 1, n. 47 (1325, Mai. 18, Lisboa (Paço dos tabeliães)); Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa [doravante AHPL], *Titulo da Capela de Maria Esteves*, t. I, n. 38 (1331, Fev. 23-Abr. 16, Lisboa (Concelho)); ANTT, *Leitura Nova. Livro 2 de Inquirições*, fl. 1 (1333); ANTT, *Colegiada de Sta. Marinha do Outeiro de Lisboa*, m. 4, n. 154 (1336, Nov. 5, Lisboa (Sta. Maria do Outeiro de Lisboa)); ANTT, *Convento de Sta. Maria de Chelas*, m. 17, n. 324 (1337, Mai. 15, Lisboa (Casas de Sancha Vinagre)); ANTT, *Ordem dos Pregadores. Convento de S. Domingos de Lisboa*, liv. 4, fl. 52, 142 (1342, Fev. 8, Lisboa (S. Domingos, em cabido)); ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa*, 2ª inc., cx. 6, n. 27 (1345, Dez. 5, Coimbra em traslado de 1352, Ago. 25, Lisboa (No cabo da Rua nova, a par dos Cambos)). A única excepção encontrada remete para um documento de 1423 em que se referem Afonso Gil e Vasco Lourenço, rendeiros da almotacaria da vila na dita cidade (ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa*, 2ª inc., cx. 19, n. 40 (1423, Jul. 31, Lisboa)). Refira-se que esta prática não era exclusiva de Lisboa, já que o mesmo fenómeno se atesta nos casos de Évora e de Coimbra. Note-se que a cronologia avançada por Leontina Ventura para a última destas duas cidades corresponde à cronologia que evidenciamos em Lisboa, o que poderá indiciar que o fim da prática poderá ter estado ligada a uma qualquer directiva global. Sobre esta questão veja-se Alexandre HERCULANO, *História de Portugal desde o começo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III*, notas críticas de José MATTOSO, verificação do texto por Ayala MONTEIRO, vol. IV, Lisboa, Livraria Bertrand, 1983, p. 202; Eduardo Freire de OLIVEIRA, *Elementos para a história de Lisboa*, vol. I, Lisboa, Typographia Universal, 1887, p. 2; Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, p. 38-39; Carlos Guardado da SILVA, *Lisboa Medieval...*, p. 18; Leontina VENTURA, «Coimbra Medieval» in *ead.*, coord. *Economia, sociedade e poderes. Estudos em homenagem a Salvador Dias Arnaut*, Coimbra, Comissão Científica do Grupo de história da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2002, p. 35-36.

²⁵ A partir de D. Afonso III e com um hiato durante o reinado de D. Pedro I. Sobre esta questão, veja-se Sandra Virgínia Pereira Gonçalves BERNARDINO, Sancius Secundus Rex Portugalensis. *A Chancelaria de D. Sancho II (1223-1248)*, dissertação de Mestrado em História Medieval, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003, p. 39; Rita Costa GOMES, *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995, p. 241-255; Judite Gonçalves de FREITAS, «O Portugal Atlântico e o Portugal Mediterrâneo na itinerância régia de meados do século XV» in Natália Marinho ALVES, Maria Cristina Almeida e CUNHA, Fernanda RIBEIRO, eds. *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José*

que este facto provocava em termos de disponibilidade e gestão dos recursos económicos e humanos existentes, o importante era a presença física do monarca: mostrava a sua autoridade e o interesse que demonstrava pela cidade²⁶. Um interesse económico que se comprovava pelos investimentos imobiliários que, desde D. Afonso III, se vinham efectuando no espaço comercial por excelência da cidade, como pelos rendimentos que propiciava à Coroa a tributação sobre as actividades económicas que aí se realizavam. Bem entendido, estas potencialidades fiscais trouxeram consigo novos elementos de centralização. O mais conhecido, porque o mais exclusivo, foi sem dúvida a fixação de estruturas burocráticas²⁷. Não somente aquelas onde se movimentava um oficialato régio de actuação local – aliás bastante desenvolvido em Lisboa – mas também e, sobretudo, de estruturas de governo central. Paulatinamente, estas passaram a estabelecer-se em Lisboa: os Contos, os Tribunais e, significativamente, o Arquivo. O processo não se efectuou de forma rápida. Ainda na conjuntura favorável de início do reinado de D. João I, a cidade reclamava a transferência para dentro dos seus muros da «Corte dos desembargos do rei», até então em Santarém²⁸. Alguns anos antes, a própria cidade tinha assistido ao regresso da Universidade. Todos estes elementos contribuíram para se considerar Lisboa como a capital do reino, ainda que o fenómeno possa ter o início de vigência num período mais tardio²⁹ do que a segunda metade do século XIII geralmente admitida³⁰.

Marques, vol. II, Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património e Departamento de História, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, p. 502-508, 511.

²⁶ José MATTOSO, «Introdução à História Urbana Portuguesa: A Cidade e o Poder» in *Cidades e História*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1992, p. 31.

²⁷ *Id.*, «O contraste entre a cidade e o campo» in José Hermano SARAIVA, dir. *História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Alfa, 1983, p. 179; Marcello CAETANO, *A Administração Municipal de Lisboa durante a 1ª Dinastia (1179-1383)*, 3ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p. 33.

²⁸ Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Histórico [doravante AML-AH], *Livro dos Pregos*, n. 129 (1385, Abr. 10, Coimbra).

²⁹ Margarida Garcêz VENTURA, «Lisboa, a cidade do Messias: bem aventuras e privilégios materiais na dinâmica da Dinastia de Avis» in *ead.*, *Estudos sobre o Poder (Séculos XIV-XV)*, Lisboa, Edições Colibri, 2002, p. 165-166; José MATTOSO, «A Cidade Medieval na Perspectiva da História das Mentalidades» in *Cidades e História*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1992, p. 31.

³⁰ Sobre as características de uma capital, veja-se, entre outros, José Manuel PÉREZ PRENDES Y MUÑOZ DE ARRACO, «Las sedes reales y otros instrumentos de afirmación del poder regio en la Baja Edad Media Castellano-leonesa» in *Centralismo y Descentralización. Modelos y procesos históricos en Francia y en España. Coloquio franco-español (Madrid, 10-14 octubre 1984)*, Madrid, Ministerio de Administración territorial – Instituto de Estudios de Administración local, 1985, p. 150-176; Michel PAULY, «"Nostre ville de Lucembourg qui en est chief". L'émergence de la fonction de capitale À l'exemple de Luxembourg» in Catherine LAURENT, Bernard MERDRIGNAC et Daniel PICHOT, dirs. *Mondes de l'Ouest et villes du monde. Regards sur les sociétés médiévales. Mélanges en l'honneur d'André Chédeville*, Rennes, Presses universitaires de Rennes-Société d'histoire et d'archéologie de Bretagne, 1998, p. 539-550; Bernard GUENÉE, «Paris et la cour du roi de France au XIV^e siècle» in

Tais singularidades exerceram uma influência sobre a composição, a projecção e o dinamismo da elite camarária de uma cidade onde a competição pelo acesso aos cargos seria certamente maior do que em qualquer outro burgo³¹. A oligarquia lisiponense destacar-se-ia dos restantes mandantes das urbes portuguesas pela preeminência dos seus membros. Uma preeminência económica espelhada nas fortunas dos Grandes amealhadas pelo comércio nacional e internacional, ou mesmo pela especulação imobiliária, aproveitando as características de empório comercial da cidade. Mas, também, uma preeminência social propiciada pela presença de alguns homens com um acesso privilegiado à figura régia. Este elemento é importante, na medida em que ajuda a explicar a real osmose que se verifica na cidade entre o serviço régio e participação na sua oligarquia camarária. Veremos, com mais detalhes, estas e outras questões definidoras da elite camarária lisiponense no decurso dos capítulos seguintes.

É de justo referir que o papel das especificidades socio-económicas da cidade como um dos elementos definidores das elites de Lisboa tem sido devidamente valorizado por todos aqueles que vêm debruçando, desde há várias décadas, sobre a estruturação socio-institucional das suas gentes. Neste sentido, o caso lisiponense não tem paralelo na historiografia medieval portuguesa, pelo investimento que desde há alguns anos – e no seguimento de estudos basilares anteriores³² – se tem feito para o esclarecimento dos seus grupos oligárquicos, não somente aqueles que se definem por uma inserção camarária³³, mas também aqueles ligados ao serviço régio³⁴ e ao clero secular³⁵ e regular³⁶ presente na cidade ou no seu aro peri-urbano³⁷.

Monique BOURIN, ed. *Villes, bonnes villes, cités et capitales. Études d'histoire urbaine (XII^e-XVIII^e siècles) offertes à Bernard Chevalier*, Tours, Publications de l'Université de Tours, 1989, p. 259-265.

³¹ Esta maior competição depreende do raciocínio seguinte: sendo Lisboa o local mais povoado do reino, seria também teoricamente o lugar onde existiriam o maior número de elegíveis a cargos camarários. Dado que o aumento de oficiais do elenco camarário de Lisboa em relação aos outros burgos não é definido em função de uma qualquer proporcionalidade demográfica, verificar-se-ia então em Lisboa um número mais elevado de candidatos do que em outros aglomerados para o provimento num cargo camarário. Logo existiria mais competição pelo seu acesso.

³² Marcello CAETANO, *A Administração...*; Maria Teresa Campos RODRIGUES, *Aspectos da Administração Municipal de Lisboa no século XV*, Lisboa, Imprensa Municipal, 1968.

³³ Miguel Gomes MARTINS, «A família Palhavã (1253-1357). Elementos para o estudo das elites dirigentes da Lisboa medieval», *Revista Portuguesa de História*, t. XXXII (1997-1998), p. 35-93; *id.*, «Estêvão Vasques Filipe: O percurso de um guerreiro em finais de Trezentos», *Cadernos do Arquivo Municipal*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 5 (2001), p. 10-47; *id.*, «Estêvão Cibrães e João Esteves: A família Pão e Água em Lisboa (1269-1342)», *Arqueologia e História*, 53 (2001), p. 67-74; *id.*, «Os Alvernazes: Um percurso familiar e institucional entre finais de Duzentos e inícios de Quatrocentos», *Cadernos do Arquivo Municipal*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 6 (2002), p. 10-43; *Id.*, «O concelho de Lisboa durante a Idade Média. Homens e organização municipal», *Cadernos do Arquivo*

A característica principal destes estudos é o de permitir o «desbravar terreno» pelos dados inéditos que muitos deles propiciam, os quais deveriam ser obrigatória e convenientemente analisados e perspectivados no âmbito de uma grande síntese sobre a *História de Lisboa*, aguardada desde há várias décadas. Enquanto a mesma não surge, os dados avançados têm ainda assim fornecido argumentos para uma reflexão metodológica e historiográfica em torno do fazer História. Ainda que pouco cultivada pelos medievalistas portugueses³⁸ e castelhanos³⁹, esse necessário exercício tem

Municipal, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 7 (2005), p. 64-110; *id.*, «Para mais tarde regressar. Percursos na administração municipal de Lisboa» in Luís KRUS, Luís Filipe OLIVEIRA e João Luís FONTES, eds. *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, p. 278-287.

³⁴ Miguel Gomes MARTINS, «Da Esperança a S. Vicente de Fora: Um percurso em torno de Estêvão da Guarda», *Cadernos do Arquivo Municipal*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 3 (1999), p. 10-60; Mário FARELO, «Ao serviço da Coroa no século XIV. O percurso de uma família de Lisboa, os “Nogueiras”» in Luís KRUS, Luís Filipe OLIVEIRA e João Luís FONTES, eds. *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, p. 145-168.

³⁵ Ana Maria C. M. JORGE; Bernardo de SÁ-NOGUEIRA; Filipa ROLDÃO e Mário FARELO, «La dimension européenne du clergé de Lisbonne (1147-1325)» in *A Igreja e o Clero Português no contexto europeu*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa, 2005, p. 21-22.

³⁶ Ao artigo citado na nota precedente, assinalem-se as dissertações presentemente em curso de Marta Castelo BRANCO sobre *Economia conventual e redes sociais: as ordens mendicantes na diocese de Lisboa (séc. XIII-XIV)* (Universidade de Évora); de Maria Filomena ANDRADE sobre *O Monaquismo feminino na Baixa Idade Média – As Clarissas em Portugal (séculos XIII-XIV)* (Universidade Nova de Lisboa); de Isabel Castro PINA relativa aos *Lóios em Portugal: origem e primórdios da Congregação dos Cônegos Seculares de São João Evangelista* (Universidade Nova de Lisboa); de Maria Leonor Santos SILVA sobre *A implantação dos Pregadores em Portugal e a sua presença em Lisboa na Baixa Idade Média* (Universidade Nova de Lisboa); de João Luís Inglês FONTES sobre *Uma Experiência Eremitica no Portugal dos Séculos XIV e XV: os Homens e as Mulheres da Pobre Vida* (Universidade Nova de Lisboa) e de Luís Miguel RÊPAS sobre *Cister e as Comunidades Cistercienses Femininas na Idade Média* (Universidade de Coimbra).

³⁷ Vejam-se proximamente as dissertações de doutoramento de Ana Cláudia SILVEIRA sobre a *Setúbal: pólo de poder da Ordem de Santiago no final da Idade Média* (Universidade Nova de Lisboa); de José Augusto da Cunha Freitas OLIVEIRA sobre *A orla litoral da península de Setúbal: povoamento e organização económica e social (séculos X-XVI)* (Universidade Nova de Lisboa) e as teses de mestrado em curso de Carla Devesa RODRIGUES sobre *A Ameixoeira sob o Hábito de Cristo: Vislumbre de uma Aldeia da Ordem no termo de Lisboa nos finais da Idade Média* (Universidade Nova de Lisboa); de Magda Monteiro TELHADA, *De Chelas a Xabregas. A propriedade e o Aproveitamento dos Recursos nos Séculos XIV-XV* (Universidade Nova de Lisboa). Outros ângulos de abordagem que têm produzido resultados frutíferos são o estudo da morfologia e da organização geográfica da cidade para o período em estudo (Hélder CARITA, *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999, p. 19-46; Carlos Guardado da SILVA, *Lisboa Medieval... e a recente tese de mestrado em curso de Ana Paula Gonçalves de CARVALHO, Lisboa Quatrocentista: O Rei, O Concelho, o Espaço Urbano*, orientada pela professora Amélia Aguiar Andrade na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

³⁸ Luís Miguel DUARTE, «Sociedade e Economia Medievais: fraquezas e forças da historiografia portuguesa», *Bullettino dell’Istituto Storico Italiano per il Medio Evo*, 106/2 (2004), p. 297; Bernardo de Vasconcelos e SOUSA e Stéphane BOISSELLIER, «Pour un bilan de l’historiographie sur le Moyen Âge portugais au XX^e siècle», *Cahiers de Civilisation Médiévale*, 49^e année, 195 (juillet-septembre 2006), p. 219.

³⁹ Sobre a necessidade do historiador de ofício em exercer uma «reflexão histórica» sobre a produção histórica, vejam-se as observações de José Angél GARCÍA DE CORTÁZAR Y RUIZ DE AGUIRRE, «Glosa de un balance sobre la historiografía medieval española de los últimos treinta años (I)» in *XXV*

encontrado uma honrosa excepção na história dos concelhos e dos seus dirigentes no Portugal medievo. É possível colocar essa consciencialização no pós 25 de Abril com a inscrição desta temática em novas abordagens históricas que privilegiaram o estudo social e sociológico do fenómeno urbano, no seio de um enquadramento programático e metodológico em cursos de Mestrado que, entretanto, se iam organizados nas universidades públicas de Lisboa e do Porto. Desde então, o aumento da produção histórica conduziu a uma necessária reflexão entre nós sobre o fazer história urbana a nível universitário⁴⁰.

Uma outra vertente dessa reflexão consistiu na preparação de balanços historiográficos específicos sobre a temática concelhia, como os de Amélia Aguiar Andrade em 1989⁴¹ ou de Maria Helena da Cruz Coelho nos finais dos anos 1990⁴² e em 2006⁴³, ou através de secções específicas integradas em revisões mais gerais, surgidas periodicamente nos anos 80⁴⁴ e 90⁴⁵ do século XX, como na presente

Semana de Estudios Medievales, Estella.Lizarra, 14-18 Julio 1998. La Historia Medieval en España. Un balance historiográfico (1968-1998), Pamplona, Gobierno de Navarra, 1999, p. 807-808.

⁴⁰ Amélia Aguiar ANDRADE, «O ensino da História Urbana nas universidades portuguesas; práticas e perspectivas» in Avelino de Freitas de MENESES e João Paulo Oliveira e COSTA, coords. *O reino, as ilhas e o mar oceano. Estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos*, vol. I, Lisboa-Ponta Delgada, Universidade dos Açores – Centro de História de Além-Mar – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2007, p. 265-283.

⁴¹ *Ead.*, «Un bilan de l’histoire des villes médiévales portugaises», *Information historique*, vol. 51, 2 (1989), p. 90-92.

⁴² Maria Helena da Cruz COELHO, «O Poder concelhio em tempos medievais. Balanço historiográfico» em *O Município no mundo português. Seminário Internacional Funchal, 26 a 30 de Outubro de 1998*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico – Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 1998, p. 49-62; *Ead.*, «A História e a Historiografia Municipal Portuguesa. Problemas, fontes, métodos, realizações e contributos. Época Medieval» in José Viriato CAPELA, et alii, ed. *O Município Português na História, na Cultura e no Desenvolvimento Regional. Actas do Colóquio realizado na Universidade do Minho nos dias 4 e 5 de Junho de 1998 no âmbito do Projecto PRAXIS XXI*, Braga, Universidade do Minho, 1999, p. 37-55.

⁴³ *Ead.*, «O Poder Concelhio em tempos medievais – o “deve” e “haver” historiográfico», *Revista da Faculdade de Letras – História [Porto]*, III Série, 7 (2006), p. 19-34.

⁴⁴ José MATTOSO, «Perspectivas actuais da investigação e da síntese na historiografia medieval portuguesa (1128-1383)», *Anuario de Estudios Medievales*, 13 (1983), p. 641-662; Luís Adão da FONSECA, «La historiografia medieval portuguesa (1940-1984)» in Alfredo FLORISTÁN IMÍZCOZ; Ignacio OLÁBARRI GORTÁZAR e Valentín VÁZQUEZ DE PRADA, eds. *La Historiografía en Occidente desde 1945: actitudes, tendencias y problemas metodológicos – Actas de las III Conversaciones Internacionales de Historia. Universidad de Navarra (Pamplona, 5-7 abril 1984)*, Pamplona, Ediciones Universidad de Navarra, 1985, p. 51-67; Armando Luís de Carvalho HOMEM, Amélia Aguiar ANDRADE e Luís Carlos AMARAL, «Por onde vem o Medievismo em Portugal?», *Revista de História Económica e Social*, 22 (1988), p. 127-132.

⁴⁵ Maria Helena da Cruz COELHO, «A História Medieval Portuguesa – Caminhos Percorridos e a Percorrer», *Media Aetas. Boletim do Núcleo de História Medieval da Universidade dos Açores*, 1 (1990), p. 1-17; Humberto Carlos Baquero MORENO, Luís Miguel DUARTE e Luís Carlos AMARAL, «História da administração portuguesa na Idade Média. Um balanço», *Medievalismo*, ano 1, 1 (1991), p. 90; Maria Helena da Cruz COELHO, «Historiografia na Idade Média» in Maria Helena da Cruz COELHO; João José Alves DIAS; Fernando ROSAS e José-Augusto FRANÇA, «Historiografia

década⁴⁶. Fruto da necessidade de recapitulação do trabalho efectuado e de solicitações no âmbito de reuniões sobre o municipalismo em Portugal, neles se procuram inventariar os trabalhos efectuados durante um determinado período sobre a temática em torno da cidade, temática essa muitas das vezes alargada aos estudos e leituras que outras ciências, como a Arqueologia e Urbanismo, fazem dos espaços urbanos⁴⁷. Bem entendido, tais textos, pelo seu próprio objectivo, procuram obviamente situar os trabalhos mencionados em correntes ou modelos historiográficos, salientando de forma sintética as mais-valias dos mesmos.

Para além disso, estes balanços historiográficos demonstram uma vitalidade de produção histórica neste sector que se consubstancia paralelamente na elaboração de sínteses onde se procura passar em revista – com recurso a dados arquivísticos e bibliográficos – os grandes enfoques do estudo do municipalismo, desde a organização hierárquica e funcional das instituições camarárias ao recrutamento dos seus agentes, passando pelas ligações com a Coroa e o oficialato régio, entre muitos outros. A primeira tentativa do género teve como autores Maria Helena da Cruz Coelho e a Joaquim Romero Magalhães, de que resultou em 1986 um autêntico manual ainda hoje

Portuguesa» in José-Augusto FRANÇA, ed. *Portugal Moderno: Artes e Letras*, Lisboa, Pomo, 1991, p. 192-195; Maria Teresa Nobre VELOSO, «Para uma bibliografia crítica de História Medieval de Portugal: algumas notas», *Ler História*, 21 (1991), p. 24-34; Luís Miguel DUARTE, «A Investigação e o ensino da História Medieval na Faculdade de Letras do Porto: passado recente, presente e dúvidas quanto ao futuro», *Anais. Série História*, 2 (1995), p. 235-241; Armando Luís de Carvalho HOMEM, «Os Historiadores, esses desconhecidos», *Revista Portuguesa de História*, 33 (1994), p. 33-53; *id.*, «A Idade Média nas Universidades Portuguesas (1911-1987). Legislação, Ensino, Investigação», *Anais. Série História*, 11 (1994), p. 331-338.

⁴⁶ Armando Luís de Carvalho HOMEM, «O Medievismo em Liberdade: Portugal, Anos 70/90» in Maria Cândida PROENÇA, coord. *Um século de ensino da História*, Lisboa, Edições Colibri, 2001, p. 193-194, 204-205; Luís Miguel DUARTE, «Sociedade e Economia...», p. 285; Bernardo de Vasconcelos e SOUSA e Stéphane BOISSELLIER, «Pour un bilan de l'historiographie...», p. 221; Maria Helena da Cruz COELHO, «L'État actuel de la recherche historiographique sur le Portugal médiéval», *Memini. Travaux et Documents da Société Québécoise d'Études Médiévales* (no prelo). A. H. de Oliveira Marques, num dos seus últimos trabalhos publicados, procurou inventariar algumas das lacunas da nossa medievística, assim como alguns temas passíveis de estudo (demografia, técnicas, economia, cultura e vida quotidiana) em «Rumos da Historiografia Portuguesa», *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 4 (2004), p. 257-276.

⁴⁷ A historiografia sobre a Urbanística Medieval Portuguesa foi recentemente abordada por Walter ROSSA e Luísa TRINDADE em «Questões e antecedentes da cidade portuguesa: o conhecimento sobre o urbanismo medieval e a sua expressão morfológica», *Revista Murph*, 1 (2006), p. 70-109 e «O desenho e o conhecimento do urbanismo medieval português» in Beatriz ARÍZAGA BOLUMBURU e Jesús Ángel SOLÓRZANO TELECHEA, eds. *El espacio urbano en la Europa medieval. Actas de Nájera. Encuentros Internacionales del Medievo 2005*, Logroño, Gobierno de la Rioja – Instituto de Estudios Riojanos, 2006, p. 191-207, insistindo os autores no segundo trabalho sobre as contribuições da geografia e da história urbana para essa temática.

inultrapassável em vários pontos⁴⁸. Mas cabe, sem dúvida, à década de 1990 a produção de sínteses gerais sobre a temática municipalista, desde logo com a publicação dos resultados do seminário de Mestrado de A.H. de Oliveira Marques de onde surgiu o *Atlas das Cidades Medievais Portuguesas* datado de 1990⁴⁹. Os anos seguintes assistiram periodicamente à prossecução de textos similares assinados por Humberto Baquero Moreno⁵⁰, Maria Alegria Marques⁵¹, Adelaide Millán Costa⁵², Sérgio Luís de Carvalho⁵³ e Maria Helena da Cruz Coelho⁵⁴, em grande medida aproveitando a então recente publicação de uma excelente dissertação de mestrado dedicada ao estudo prosopográfico e sociológico dos oligarcas portuenses na segunda metade do século XV⁵⁵. Ao mesmo tempo, tais sínteses generalistas foram acompanhadas de abordagens igualmente sintéticas, já mais circunscritas no tempo e no espaço⁵⁶ ou determinadas por enfoques e orientações de matriz metodológicas sobre as elites urbanas e o seu estudo⁵⁷.

⁴⁸ Maria Helena da Cruz COELHO e Joaquim Romero de MAGALHAES, «O Poder Concelhio. Das Origens as Cortes Constituintes», *Sep. de Actas das Jornadas sobre o Município na Península Ibérica (Sécs. XII a XIX)*, Santo Tirso, Câmara Municipal de Santo Tirso, 1988, p. 235-277; *Eid.*, *O Poder Concelhio. Das Origens as Cortes Constituintes. Notas de História Social*, Coimbra, Centro de Estudos e Formação Autárquica, 1986. Na restante citação deste trabalho utilizaremos a versão publicada pelo Centro de Estudos e Formação Autárquica.

⁴⁹ Veja-se a nota 16 desta introdução.

⁵⁰ Humberto Baquero MORENO, «O município português nos séculos XIV a XVI» em *O Município no mundo português. Seminário Internacional Funchal, 26 a 30 de Outubro de 1998*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico – Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 1998, p. 37-47.

⁵¹ Maria Alegria Fernandes MARQUES, «O poder concelhio em Portugal na Baixa Idade Média», *Revista Portuguesa de História*, 32 (1997/98), p. 1-34.

⁵² Adelaide Millán COSTA, *O Mundo Urbano em Portugal na Idade Média*, Lisboa, Universidade Aberta, 2004.

⁵³ Sérgio Luís de CARVALHO, *Cidades Medievais Portuguesas. Uma introdução ao seu estudo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.

⁵⁴ Maria Helena da Cruz COELHO, «Concelhos» in Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES, dirs. *Nova História de Portugal*, vol. III: *Portugal em definição de Fronteiras (1096-1325). Do Condado portugalense à Crise do Século XIV*, Maria Helena da Cruz COELHO e Armando Luís de Carvalho HOMEM, coords., Lisboa, Editorial Presença, 1996, p. 554-584; *ead.*, «O Estado e as Sociedades Urbanas» in Maria Helena da Cruz COELHO e Luís Armando de Carvalho HOMEM, eds. *A Gênese do Estado Moderno no Portugal tardo-medieval*, Lisboa, Universidade Autónoma, 1999, p. 269-292.

⁵⁵ Adelaide Millán COSTA, «Vereação» e «Vereadores»: o governo do Porto em finais do Século XV, Porto, Câmara Municipal-Arquivo Histórico, 1993.

⁵⁶ Humberto Baquero MORENO, «A evolução do município em Portugal nos séculos XIV e XV» in *id.*, *Os municípios portugueses nos séculos XIII a XVI. Estudos de história*, Lisboa, Editorial Presença, 1986, p. 33-75; José MARQUES, «Os municípios portugueses dos primórdios da nacionalidade ao fim do reinado de D. Dinis. Alguns aspectos», *Revista da Faculdade de Letras – História*, Serie II, X (1993), p. 68-90; *id.*, «Os municípios na estratégia defensiva dionisina», *Revista da Faculdade de Letras – História*, IIª Serie, XV (1998), p. 523-544; *id.*, «Os municípios transmontanos nos séculos XII-XIV. Alguns aspectos» in *O Município no mundo português. Seminário Internacional Funchal, 26 a 30 de Outubro de 1998*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico – Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 1998, p. 7-36.

⁵⁷ Humberto Baquero MORENO, «As oligarquias urbanas e as primeiras burguesias em Portugal», *Revista da Faculdade de Letras do Porto. História*, 2ª série, XI (1994), p. 111-136; Maria Helena da Cruz COELHO, «Les Élités municipales», *Anais – Série História* da Universidade Autónoma de Lisboa, 2

Actualmente assiste-se a um verdadeiro esforço de actualização e de questionamento da produção histórica neste capítulo com a redacção de novas sínteses sobre a temática do poder municipal⁵⁸ e em torno dos métodos e das perspectivas de análise para o estudo das elites urbanas medievais portuguesas⁵⁹. Este novo impulso na reflexão é também inovador, porquanto se alarga a outros campos como o ensino da temática nas nossas universidades⁶⁰. Nessa mesma linha de inovação situa-se o último balanço historiográfico específico devido a Maria Helena da Cruz Coelho. Embora conservando a tradicional matriz sintética e analítica, abre pela primeira vez a porta a um ponto da situação sobre os balanços historiográficos mais importantes realizados até

(1995), p. 51-56; *ead.*, «O Estado e Sociedades Urbanas...», p. 269-292; Adelaide Millán COSTA, «Prosopografia das elites concelhias e análise racional: a intersecção de duas abordagens» e Luís Miguel DUARTE, «Os melhores da terra (um questionário para o caso português)» in Filipe Themudo BARATA, ed. *Elites e Redes Clientelares na Idade Média: Problemas Metodológicos*, Lisboa, Edições Colibri-CIDEHUS-Universidade de Évora, 2001, p. 63-70 e p. 91-106.

⁵⁸ Maria Helena da Cruz COELHO, «No palco e nos bastidores do poder local» in Fernando Taveira da FONSECA, ed. *O Poder Local em tempo de Globalização. Uma história e um futuro*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2005, p. 49-74 ou no âmbito de sínteses mais gerais sobre o poder, como os trabalhos de Júdice Gonçalves de FREITAS, «Les chemins de l'histoire du pouvoir dans le médiévisme portugais (ca. 1970- ca.2000)», *Bulletin du Centre d'Études Médiévales d'Auxerre*, 8 (2003-2004), p. 81-98 e de Paula Pinto COSTA, «Poderes: as dimensões central e local», *Revista da Faculdade de Letras – História*, Porto, III Série, 7 (2006), p. 9-18.

⁵⁹ Luís Miguel DUARTE, «Prosopografia e elites urbanas...», p. 105-118; Adelaide Millán COSTA, «Elites and oligarchies in the late medieval Portuguese urban world» (no prelo). Agradecemos à referida autora a comunicação do seu texto, mais ainda antes do mesmo se encontrar em provas tipográficas. É de elementar justiça referir igualmente os projectos de investigação centrados no estudo prosopográfico das elites urbanas de um determinado burgo como o projecto *A formação de elites e redes clientelares: uma observação centrada em Évora (séculos XIV-XV)* sediado no CIDEHUS – Universidade de Évora e sob a orientação de Filipe Themudo Barata e de Herminia Vasconcelos Vilar.

⁶⁰ Amélia Aguiar ANDRADE, «O ensino da História Urbana...», p. 265-283. Pelo menos nas universidades públicas no Porto, em Coimbra e em Lisboa funcionaram seminários dedicados à cidade medieval portuguesa ou às elites urbanas no âmbito dos seus cursos de Mestrado em História Medieval ou outros. Sem escrúpulos de exaustividade, lembre-se o seminário orientado por A. H. de Oliveira Marques entre 1981 e 1987 sobre *Cidades Medievais* do Mestrado em História Medieval na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; o seminário orientado por Humberto Baquero Moreno e depois por Luís Miguel Duarte sobre *Concelhos Medievais Portugueses* do Mestrado em História Medieval na Faculdade de Letras da Universidade do Porto; o seminário orientado por Paula Pinto da mesma faculdade sobre *Elites Urbanas* do Mestrado de História da Idade Média e do Renascimento; o seminário orientado por Maria Helena da Cruz Coelho sobre *Elites urbanas* do Mestrado em História da Idade Média da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; o seminário orientado por Amélia Aguiar Andrade sobre *Cidades, territórios e paisagens* dos Mestrados em História (especialização em História Medieval) e em Património (especialização de Património Urbano) na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e o recente seminário sobre *Elites urbanas e organização do espaço* dos Mestrados em História Medieval e de *O Sul Ibérico e o Mediterrâneo* a decorrer na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e na Universidade de Évora.

ao momento⁶¹ e recupera a prática da listagem bibliográfica que, desde o inovador artigo de Amélia Aguiar Andrade⁶², carecia de revisão.

No seu esforço de síntese, praticamente todos estes estudos abordam a questão das fontes, nomeadamente assinalando o progresso da sua publicação. Cremos que, no âmbito de um trabalho de fundo como pretende ser o nosso, esta questão deve ser abordada com mais detalhe, desde logo porque são as fontes disponíveis – como as ausentes – as grandes condicionadoras do estudo que se pretendeu elaborar e que finalmente se apresenta.

Começando pelas ausências, a falta de *actas* ou *livros de vereações* – que só existem para Lisboa com documentação a partir de 1495⁶³ – constituiu a lacuna mais premente para a elaboração deste trabalho⁶⁴. Esta fonte é duplamente importante para a

⁶¹ Maria Helena da Cruz COELHO, «O Poder Concelhio em tempos medievais – o “deve” e “haver” historiográfico», p. 19-34.

⁶² Amélia Aguiar ANDRADE, «O mundo urbano medieval : uma bibliografia », *O Estudo da História, Boletim da APH*, 12-13-14-15 (II série), 1990-3, I volume.

⁶³ As actas de vereação de Lisboa, de que conhecemos a existência em 1414 (AML-AH, *Livro I do Provedimento do Pão*, n. 4), correspondem certamente aos desaparecidos *livros dos escrivães* do Concelho. Os sete livros de vereações da instituição actualmente conservados no AML-AH contêm somente actas elaboradas a partir do século XVI (com a excepção daquelas datadas do final Quatrocentos no *Livro 4º de Vereações*) (A.H. de Oliveira MARQUES, *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*, 3ª edição, Lisboa, Editorial Estampa, 1988, p. 224) [Devemos as informações sobre os documentos conservados nesses livros a Sara Loureiro, a quem muito penhoradamente agradecemos]. Assim, as actas anteriores teriam desaparecido, um facto que, aliás, era fruto da época. Subsistem livros e fragmentos de vereação medievais para os municípios do Porto, Coimbra, Loulé, Montemor-o-Novo, Funchal, Vila do Conde, Mós de Moncorvo e Alcochete. Para o seu elenco, veja-se *Livro de Vereações de Alcochete e Aldeia Galega (1421-1422)*, introdução, transcrição e notas de José Manuel VARGAS, Alcochete, Câmara Municipal de Alcochete, 2005, p. 12. Um exemplo da utilização desses fragmentos, por exemplo, em Maria Graciete Afonso Teixeira NUNES, *Vereações de Loulé durante a crise nacional de 1383-1385*, dissertação de Licenciatura, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1964, a partir dos quais a referida autora procura conhecer a orgânica da instituição camarária louletana, entre outros aspectos.

⁶⁴ O acto de registar os acontecimentos nas reuniões camarárias praticava-se em Lisboa já desde os finais do século XIII, visto que os tabeliães eram obrigados a ler, às segundas-feiras, as actas das reuniões ordinárias da Câmara. Mais tarde, D. Afonso IV manda, em ordenação publicada entre 1340 e 1348, que os concelhos tenham livros de vereação ou livros de *vereamto*, sendo que o município do Porto tinha já o seu em 1350 (*Collecção de livros inéditos de História portuguesa, dos reinados de D. Dinis, D. Afonso IV, D. Pedro I e D. Fernando*, vol. I, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1816, p. 393; Alexandre HERCULANO, *História de Portugal...*, vol. IV, p. 341; Gérard PRADALIÉ, *Lisboa da Reconquista...*, p. 101; *Actas das Vereações de Loulé. Séculos XIV e XV*, leitura paleográfica e revisão do texto de Luís Miguel DUARTE, *sep. de Al'Ulyã*, 7 (2000), p. 32; *Livro das Leis e Posturas*, edição de Nuno Espinosa Gomes da SILVA e Maria Teresa Campos RODRIGUES, Lisboa, Faculdade de Direito, 1971, p. 259-260, 275-276; Paula Guilhermina de Carvalho FERNANDES, e Maria do Rosário da Costa BASTOS, «Oficiais da Câmara Municipal de Loulé em 1384-1385», *Revista da História*, XI (1989), p. 93; Adelaide Millán COSTA, *Projecção espacial de domínios. Das relações de poder ao burgo portuense (1385-1502)*, Tese de Doutoramento em História, Universidade Aberta de Lisboa, 1999, p. 39; *Ordenações Afonsinas*, nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida COSTA; nota textológica de Eduardo Borges NUNES, Lisboa Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, liv. IV, tit. XXVIII, n. 3; Cândida Fernanda Antunes RIBEIRO, *O Acesso à informação nos Arquivos*, dissertação de doutoramento em Arquivística, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998, vol. I: *Parte I: O acesso à informação no quadro de desenvolvimento dos arquivos em Portugal*, p. 282-284. Sobre a história do arquivo da

reconstituição sócio-institucional da vivência camarária medieval portuguesa. Por um lado, porque as suas folhas registam normalmente momentos importantes das actividades desenroladas no seio da instituição (nomeação e desempenho dos oficiais camarários no decurso das reuniões camarárias, decisões de carácter administrativo e financeiro ou mesmo do recebimento de directivas régias). Por outro, pelo facto de geralmente terem ficado consignados nos seus fôlios a identificação dos actores do poder camarário através dos nomes dos oficiais, das testemunhas e mesmo das assinaturas apostas por alguns dos presentes nessas reuniões da vereação. Desta forma, este tipo de documento torna-se uma fonte privilegiada para a reconstituição do grupo funcional camarário, como tão bem têm demonstrado os diversos trabalhos que Adelaide Millán Costa tem vindo a dedicar a estes livros na perspectiva da sua materialidade, funcionalidade e potencialidade para a caracterização da acção intracelhia da elite dirigente portuense⁶⁵.

De igual modo, refira-se que a ausência de actas de vereação não constitui o único óbice documental para o necessário conhecimento do corpo de oficiais da Câmara de Lisboa e esclarecimento das suas actividades. Por destruições conscientes⁶⁶ ou intempestivas⁶⁷, pela incúria, pelo reaproveitamento ou por outras diversas vicissitudes⁶⁸, o panorama depauperado de fontes específicas da instituição camarária lisiponense completa-se ainda pelo desaparecimento dos *Livro de registo dos oficiais camarários*⁶⁹, dos *Livros dos órfãos*, onde os respectivos juízes consignavam os

Câmara de Lisboa veja-se neste último trabalho as p. 308-312, onde se chama a atenção para a não existência de estudos sobre essa temática. Consultámos e utilizámos a versão policopiada desse trabalho.

⁶⁵ Sobre estas questões, veja-se Adelaide Millán COSTA, «As actas camarárias da Idade Média: questões em aberto» in Luís Adão da FONSECA, Luís Carlos AMARAL, Maria Fernanda Ferreira SANTOS, coords. *Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, vol. I, Porto, Livraria Civilização Editora, 2003, p. 81-86.

⁶⁶ Por exemplo, D. Duarte ordena aos procuradores e tesoureiros dos concelhos que mandem queimar os livros de contabilidade dos concelhos logo que as respectivas contas fossem acertadas, pagas e aprovadas pelo corregedor em exercício, de modo a que estes oficiais não citassem de forma maldosa os referidos oficiais (Armino de SOUSA, *As Cortes Medievais Portuguesas*, vol. II, p. 295).

⁶⁷ Por exemplo Maria Helena da Cruz Coelho arrola a destruição dos cartórios municipais de Penamacor, Monsanto, Alter do Chão, aquando de incursões castelhanos no reino português (Maria Helena da Cruz COELHO, «Relações de domínio...», p. 266; *ead.*, «Concelhos», p. 563, nota 47).

⁶⁸ Sobre a documentação existente e a perda para os estudos das cidades medievais portuguesas, veja-se A. H. de Oliveira MARQUES, «Les villes portugaises au Moyen Âge...», p. 105-106 e Amélia Aguiar ANDRADE, «O mundo urbano medieval...», p. 75-89.

⁶⁹ A obrigatoriedade da existência desses livros, à guarda do procurador do concelho, encontra-se consignada numa lei sobre a almotaçaria, não-datada, de D. Afonso IV. O mesmo registo devia conter os nomes dos juízes e alvazis eleitos anualmente; do procurador do concelho e dos almotacés escolhidos mensalmente; dos rendeiros da almotaçaria ou dos «tiradores» das coimas que revertiam para o concelho, para além dos nomes dos almotacés pequenos e dos guardadores e vedores dos pesos e medidas e dos outros direitos e coimas recebidos pela instituição camarária (*Livro das Leis e Posturas*, p. 259-260).

inventários dos bens dos órfãos⁷⁰, de recenseamentos diversos⁷¹ e, sobretudo, da documentação fiscal da instituição, consubstanciada nos *livros de contabilidade*, como aqueles existentes em Loulé, no Porto ou em Viana do Conde⁷². Toda esta documentação permitiria detalhar diferentes aspectos da vivência burocrática da instituição e reconstituir, com precisão, as finanças concelhias, o que viabilizaria o estudo da menor ou maior influência que a oligarquia exerceria sobre as finanças municipais.

⁷⁰ *Ib.*, p. 281.

⁷¹ A tipologia destes recenseamentos seria certamente diversa. Por certo existiriam aqueles que poderíamos chamar de natureza geo-estatutária que comportariam os registos de cidadania (aos quais se poderiam juntar os inquiridos de cidadania) e desconhecidos actualmente nos nossos arquivos (referida a sua existência em Christian GUILLERÉ, «Le contrôle du gouvernement urbain dans la Couronne d'Aragon (milieu XII^e siècle-1479)» in *XXIX Semana de Estudios Medievales. Estella, 15-19 Julio 2002: Las sociedades urbanas en la España Medieval*, Pamplona, Gobierno de Navarra, 2003, p. 358; Claude CARRIÈRE, «La vie privée du marchand barcelonais dans la première moitié du XV^e siècle», *Anuario de Estudios Medievales*, 3 (1966), p. 263). Importantes seriam os registos anuais de avizinamento e os registos de freguesia que enumeravam os moradores de cada uma dessas circunscrições em meio urbano. A elaboração destes últimos é mandatada na ordenação contida no *regimento dos corregedores* de 1340, pela qual os *vedores* dos lugares tinham de nomear dois homens-bons que deviam inquirir aqueles que vivendo em cada freguesia, estariam preparados para o serviço régio. De igual modo, deviam ter conhecimento daqueles estranhos que permanecessem mais do que dois dias nessas circunscrições, de modo que informassem os juizes camarários da sua identificação (Alexandre HERCULANO, *História de Portugal...*, vol. IV, p. 357; Marcello CAETANO, *A administração...*, p. 56, 63, 150-151). A prática completava-se com recenseamentos mais gerais, autênticos *numeramentos* para descortinar as potencialidades sociofinanceira de determinadas regiões, à semelhança do recenseamento ordenado por D. Fernando nas principais cidades e vilas do reino entre 1373 e 1375 (Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, 2^a edição revista, edição crítica, introdução e índices de Giuliano MACCHI, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004, p. cap. LXXXVII, p. 303-305; Fátima Regina FERNANDES, *O reinado de D. Fernando no contexto das relações régio-nobiliárquicas*, dissertação de doutoramento, Universidade do Porto, 1996, p. 14; *Actas de vereação de Loulé...*, p. 48). Por outro lado, o traço de mentalidade da elaboração de recenseamentos abrangia os levantamentos de carácter económico, como os famosos registos das avaliações dos bens dos moradores na cidade (*avalliamientos*), ou seja, os livros de *aconteamentos* igualmente designados de livros de armas (Maria Helena da Cruz COELHO, *O Baixo Mondego...*, vol. I, p. 492; vol. II, p. 786; Antonio COLLANTES DE TERÁN, «La elite financiera en la Sevilla bajomedieval: los mayordomos del concedo», *Revista de Historia Medieval*, Valencia, 11 (2000), p. 15; Cristina BORAU I MORELL, «L'ascens social a la Barcelona del S. XIV vist a través dels promotors de capelles de la seu I de les grans esglésies parroquials», *Anuario de Estudios Medievales*, 32/2 (2002), p. 712). Nessa categoria poderiam porventura incluir igualmente os livros de alardos (Maria Helena da Cruz COELHO, «A rede de comunicações concelhias nos séculos XIV e XV» in Maria Helena da Cruz COELHO, coord. *As Comunicações da Idade Média*, coord. de, Lisboa, Fundação Portuguesa das Comunicações, 2002, p. 80). Em Lisboa, por exemplo, sabemos que D. João I permitiu que o Concelho efectuasse em 1396 um recenseamento sobre o valor das casas em que habitavam as prostitutas na cidade (AML-AH, *Livro I de Cortes*, n. 12; *Livro dos Pregos*, n. 181; Armindo de SOUSA, *As Cortes Medievais Portuguesas...*, vol. II, p. 242; AML-AH, *Livro I de D. João I*, n. 70).

⁷² Os quais permitiram estudos importantes de Iria GONÇALVES, *As Finanças Municipais do Porto na Segunda Metade do Século XV*, Porto, Arquivo Histórico – Câmara Municipal do Porto, 1987; José MARQUES, *A administração municipal de Vila do Conde em 1466*, Braga, Editorial Correio do Minho, 1983 (*sep.* de *Bracara Augusta*, vol. 37, 83-84 (Janeiro-Dezembro 1983); Maria de Fátima BOTÃO, «A contribuição das fortunas louletanas nas despesas públicas do Portugal medievo», *Al-Ulyā. Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, 8 (2001), p. 123-146.

Face à ausência de toda esta documentação de carácter institucional, o nosso estudo sofre também com a inexistência de fontes de âmbito privado, o que dificulta o conhecimento da sociologia familiar do grupo oligárquico da cidade e inviabiliza o aprofundar biográfico dos membros da elite, assim como o esclarecimento dos critérios envolvidos da sua inclusão/exclusão no grupo⁷³ e das suas diversas actividades⁷⁴. Neste capítulo destacam-se os testamentos dos oligarcas, onde se poderiam porventura encontrar recomendações políticas aos seus sucessores, como faziam os conselheiros da cidade de Barcelona⁷⁵, ou os registos notariais, que permitissem conhecer as diversas facetas⁷⁶ da vida familiar dos oligarcas, como revelam os estudos efectuados em outros espaços urbanos peninsulares onde esse tipo de fonte subsistiu⁷⁷. Esta perda é ainda mais lamentável no caso de Lisboa, porquanto os registos de notas dos seus tabeliães

⁷³ Por exemplo, os pequenos nobres de Saragoça eram obrigados a um verdadeiro inquérito para provar a sua condição junto do tribunal régio (Jean-Pierre BARRAQUÉ, «Les ciudadanos de Saragosse au XIV^e siècle: essai de définition d'un patriciat urbain» in Christian DESPLAT, dir. *Élites du Sud (XIV^e-XVIII^e siècles). Aquitaine, Languedoc, Aragon, Navarre. Statuts juridiques et pratiques sociales*, Pau, SSLA de Pau et du Béarn, 1994, p. 34-35). A sociologia dos oligarcas de Barcelona é assim conhecida em grande parte pela conservação da sua documentação particular (Carmen BATTLE, «La haute bourgeoisie barcelonaise vers 1300» in Béatrice LEROY e Pierre TUCOO-CHALA, eds. *Les sociétés urbaines en France méridionale et péninsule ibérique au Moyen Âge. Actes do Colloque de Pau, 21-23 septembre 1988*, Paris, CNRS, 1991, p. 240). Entre nós, é sabido que alguns dos diplomas a eles pertencentes conservaram-se nos cartórios de instituições eclesiásticas que os custodiavam para provar a posse e a gestão dos bens que estes lhe tinham transmitido, geralmente por via de doação.

⁷⁴ Thierry DUTOUR, «La réhabilitation de l'acteur social en histoire médiévale. Réflexions d'après une expérience de terrain», *Genèses*, 47 (juin 2002), p. 28.

⁷⁵ Josefina MUTGÉ I VIVES, «Preocupacions del govern municipal berceloní en el 1371 a través dels testaments dels consellers», *Acta Historica et Archaeologica Medievalia*, 23-24 (2002-2003), p. 331

⁷⁶ Veja-se, por exemplo, o registo do mosteiro de S. Vicente de Fora elaborado na primeiras metade do século XV pelo tabelião de Lisboa, onde se encontram diplomas com uma tipologia diferente dos documentos geralmente conservados nos nossos arquivos (João Paulo Oliveira FRESCO, *O tabelião lisboeta Afonso Guterres...*, p.). No mesmo sentido aponta a tipologia dos documentos regidos por Antão Martins conservados nos seus livros de notas (Maria Helena da Cruz COELHO, «Os tabeliães em Portugal. Perfil profissional e sócio-económico (sécs. XIV-XV)», *Historia. Instituciones. Documentos*, 23 (1996), p. 173- 211 (actualizado em *ead.*, *Estudos de Diplomática Portuguesa*, Lisboa, Edições Colibri - Faculdade de Letras a Universidade de Coimbra, 2001, p. 93-137 nomeadamente nas páginas 131-137 nesta última versão).

⁷⁷ Christian GUILLERÉ, «Politique et société: les Jurats de Gerone (1323-1376)», *En la España Medieval*, 7 (1985), p. 1444 ; Rafael Gerardo PEINADO SANTAELLA, «Las élites de poder en la ciudades de Andalucía bética» in José E. López de COCA CASTAÑER e Angel GALÁN SÁNCHEZ, eds. *Actas del VI Coloquio Internacional de Historia Medieval de Andalucía. Las Ciudades andaluzas (siglos XIII-XVI)*, Málaga, Universidad de Málaga, 1991, p. 337; Geneviève XHAYET, «Autour dos solidarités privées au Moyen Âge: Partis et réseaux de pouvoir à Liège du XIII^e au XV^e siècle», *Le Moyen Âge*, t. 100 (1994), p. 208.

podiam registar documentação emanada do Concelho⁷⁸. É por isso irónico que o seu desaparecimento esteja possivelmente relacionado com a própria Câmara⁷⁹.

Neste quadro de ausências, deve ser igualmente ponderada a diferente valorização que as oligarquias municipais lisiponenses – e mesmo portuguesas – faziam da sua inserção oligárquica em comparação com as suas congéneres italianas, alemãs ou flamengas. Nestas últimas, é importante destacar a importância que a perpetuação da memória tinha no agir oligárquico através da elaboração de crónicas urbanas organizadas em torno da prática do bem comum pelo grupo oligárquico⁸⁰ e de «livros de família»⁸¹ que permitissem conhecer as acções individuais e colectivas (do respectivo grupo familiar) no seio dos círculos políticos dominantes e na respectiva associação à história da «sua» cidade. Sendo óbvia a sua inexistência entre nós, não

⁷⁸ *Livro I de Místicos de Reis, Livro II dos Reis D. Dinis, D. Afonso IV, D. Pedro I*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1947, p. 129-131 (1317, Mar. 4, Lisboa (Em Concelho) em documento de 1336, Mar. 26, Lisboa).

⁷⁹ Os actos redigidos pelos tabeliães encontravam-se consignados nos *livros de notas* que cada um deles eram obrigados a ter. Eram pois peças de trabalho individuais que se perdiam com o tempo e com a desafecção do tabelião do seu trabalho. Para obstar a isso, a Câmara solicitou, nas Cortes de 1418, que esse trabalho de conservação estivesse a cargo da instituição camarária com a constituição de um cacifo para cada tabelião, tanto aqueles do paço [dos tabeliães] quando os da audiência. Assim sendo, essa concentração, a ter existido, teria certamente levado à substituição periódica dos registos e à sua consequente perda. O mesmo documento refere que, antes dessa data, «quando morrem os tabeliães os livros de notas perdem-se e não se acham» (AML-AH, *Livro I de Cortes*, n. 18; *Livro dos Pregos*, n. 284).

⁸⁰ Adeline RUCQUOI, «Les villes de Castille: De l'histoire à la généalogie» e Anne-Laure VAN BRUAENE, «S'imaginer le passé et le présent: consciente historique et identité urbaine en Flandres à la fin du Moyen Âge» in Hanno BRAND, Pierre MONNET e Martial STAUB, dirs. *Memoria, communitas, civitas. Mémoire et conscience urbaines en Occident à fin du Moyen Âge*, Ostfildern, Jan Thorbecke Verlag, 2003, p. 159, 169-170 ; Martin AURELL, «Introduction. Modernité de la monographie familiale» in Martin AURELL, ed. *Le médiéviste et la monographie familiale: sources, méthodes et problématiques*, Turnhout, Brepols, 2005, p. 8-9.

⁸¹ Christiane KLAPISCH-ZUBER, «Les vies de femmes des « livres de familles » florentins», *Mélanges de l'École Française de Rome. Italie et Méditerranée*, 113/1 (2001), p. 107; Thomas ZOTZ, «La représentation de la noblesse urbaine en Allemagne médiévale: les tournois et les premiers livres de famille» e Gérard CHAIX, «Le patriciat urbain dans l'historiographie allemande contemporaine» in Claude PETITFRÈRE, ed. *Construction, reproduction et représentations des patriciats urbains de l'Antiquité au XXe siècle, Actes du colloque tenu à Tours en 1998*, Tours, Centre d'histoire de la ville moderne et contemporaine, 1999, p. 444 e 537-549 ; Martin AURELL, «Introduction. Modernité...», p. 7 ; Pierre MONNET, «La monographie familiale entre histoire urbaine et histoire culturelle: l'exemple des pays germaniques de l'Empire à la fin du Moyen Âge» in Martin AURELL, ed. *Le médiéviste et la monographie familiale: sources, méthodes et problématiques*, Turnhout, Brepols, 2005, p. 37-38. Para o conhecimento das raízes familiares dos membros das oligarquias seriam igualmente importantes os processos de execução de dispensas matrimoniais com testemunhas que descreviam os ascendentes em três ou quatro gerações (Christian GUILLERÉ, «Les élites urbaines catalanes à la fin du Moyen Âge: l'exemple géronais» in Claude GAUVARD, ed. *Les Élites Urbaines au Moyen Âge. XXVII^e Congrès de la SHMES (Rome, Mai 1996)*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1997, p. 269-285, p. 276) e que, para Portugal, se conservam no *Archivio Segreto Vaticano*, partir da segunda metade do século XV (Maria de Lurdes ROSA, «Cultura jurídica e poder social. A estruturação linhagística da nobreza portuguesa pela manipulação dos impedimentos canónicos de parentesco (1455-1520)», *Revista de História das Ideias*, vol. 19 (1997), p. 231).

deixa de ser verdade que resquícios de tais práticas parecem poder depreender-se da cronística de Fernão Lopes, a qual concedeu espaço, nas suas narrativas, à acção política das famílias cortesãs, como também da leitura de documentos régios ou notariais onde se atestam as façanhas dos *maiores* de um determinado indivíduo⁸².

Como contornar esta pobreza documental? Em primeiro lugar recorrendo ao importante acervo de documentação medieval conservado no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa⁸³, um facto que faz do Concelho lisiponense provavelmente a única instituição camarária medieval portuguesa onde o

⁸² Assim o fez Ivão Soares, escudeiro e vassalo de D. Afonso V, que lhe apresentou cartas e escrituras de D. Afonso IV, D. Fernando e D. João I para provar os «muitos e assinados» serviços que seus avós paternos e maternos fizeram à Coroa. Assim apresentou um documento, de 30 de Dezembro de 1327, relativo a Pedro Eanes e um instrumento público, onde se refere que Gil Pais, criado do rei D. Fernando e servidor do rei D. João I, por não consentir que se desse aos Castelhanos o castelo de Torres Novas e por não querer passar para o seu campo, viu lhe ser enforcado um filho pelas pernas, designado como «homem de dezoito anos, homem de prol e de bom corpo». Gil Pais disse aos Castelhanos que «o assassem e o comessem que Deus não quisessem ser traidor a Seu rei e Senhor e assim morreu nas ameias», tendo ele feito muitos outros serviços. Em virtude dos mesmos, D. João I chegou a entregar ao referido Gil Pais D. Isabel, filha do rei D. Fernando, que a manteve em Torres Novas até ao momento de ela ser entregue ao seu marido, o conde de Gijon, e levada para Castela; mostrou outro documento de 13 de Março de 1392, no qual se provava que D. João I, pela bondade e lealdade de Soeiro Pais, lhe entregou 16 fidalgos de Castela como reféns, até que o rei por sua ordem os mandasse entregar a Gil Vasques de Soure, alcaide-mor da dita vila; mostrou igualmente uma carta de 12 de Maio de 1396 que dizia que D. João I enviou o referido Soeiro Pais como seu juiz às vilas, lugares e couto do Entre Lima e Minho, para defender essas terras dos Galegos, tendo sido ferido no processo; por uma outra carta do mesmo dia se verifica que o rei o enviou como seu procurador ao rei de Castela para pedir a Álvaro Pais de Sottomayor que deixasse vir D. Pedro de Castro que tinha sido preso enquanto refém; por carta de 1399, dada no arraial sobre Tui, sabe-se que ele foi enviado por seu juiz à vila de Santarém, «no tempo que o rei mandou derribar a torre e muro da alcáçova contra a Judiaria como de facto foi derribada e por fazer comprimento de justiça foi ferido», dizendo ainda que havia outras muitas cartas dos muitos serviços que o dito Soeiro Peres fez a D. João I. Para certificar que Soeiro Pais era de boa linhagem, referiu que o mesmo «tinha dividido» com D. Pedro de Meneses, capitão e governador que foi de Ceuta, como provado por uma outra carta. Relativamente ao dito Ivão Soares, tinha ido com Afonso de Cascais à tomada de Ceuta, como consta de um alvará do infante D. Pedro, que refere então a sua condição de coudel, tendo ido ao cerco da dita vila com João Gomes da Silva, alferes-mor do rei. Ele solicita traslado porque os documentos eram muito velhos e porque de outra forma os seus descendentes não poderiam fazer prova dos ditos serviços e lealdades dos seus avós, nem se saberia quem eram aqueles de quem ele descendia (IAN/TT, *Leitura Nova. Livro 5º da Estremadura*, fl. 94-195 (1460, Fev. 16, Santarém). No século anterior, dispomos da referência a uma carta que o rei de Castela Afonso XI enviou a D. Afonso IV, onde descreve as façanhas de Gonçalo Rodrigues Ribeiro na sua Corte, para que «por sua honra, & fama numqua esquecerem, & serem a muytos outros bom exemplo de cavalaria» (Ruy de PINA, *Chronica del Rey Dom Afonso O Quarto*, Lisboa, Edições Biblion, 1936, p. 53).

⁸³ *Documentos Medievais (1179-1383)*. Arquivo Municipal de Lisboa, Catálogo, coordenação de Inês Morais VIEGAS e Miguel Gomes MARTINS; investigação, textos e índices de Miguel Gomes MARTINS, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa – Departamento de Património Cultural/Arquivo Municipal de Lisboa, 2003. Sobre as questões relativas à conservação documental conservada a nível local período medieval em Portugal, veja-se Ana Filipa ROLDÃO, *Escrita e Poderes Urbanos nos concelhos de Coimbra, Santarém e Lisboa (1179-1325)*, dissertação de Mestrado em Paleografia e Diplomática, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2006, p. 10 e seguintes e *ead.*, «Para além da Chancelaria: registo e conservação de diplomas dionisinos na administração régia periférica», *Clio. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, 16/17 (2008), p. 110, nota 3 e bibliografia aí referenciada.

desaparecimento de actas de vereação não inviabiliza um estudo profundo sobre a sua organização institucional e social.

Duas lógicas parecem ter norteado a conservação dos documentos na Câmara de Lisboa medievá. A primeira diz respeito à guarda das espécies em arcas com fechaduras, de modo a que as mesmas não se extrviassem. Possivelmente arrumadas na Casa dos Contos do Concelho⁸⁴, sabemos que no ano de 1433 as escrituras e privilégios da cidade de Lisboa encontravam-se numa arca com três chaves, a qual na altura estava já desprovida de fechadura. Tal facto levou o infante D. Duarte a ordenar o arranjo das arcas, com a colocação de três fechaduras, e o registo do movimento documental pela constituição de um caderno que consignasse a saída da arca de um qualquer documento. Pela mesma altura o futuro monarca mandou que se fizesse trasladar os documentos camarários num livro que seria acorrentado na Câmara, o qual poderia muito bem ser o actual *Livro dos Pregos*⁸⁵. Este último exemplo ilustra a segunda lógica de conservação da memória documental – a transcrição da documentação em cartulários⁸⁶. Este era, aliás, um modo de proceder com alguma tradição na *praxis* «arquivística» camarária medieval, como se depreende da organização dos documentos relacionados com as concessões e privilégios régios⁸⁷, os capítulos de Cortes⁸⁸ e os contratos agrários

⁸⁴ O testamento de D. Maria de Aboim encontrava-se conservado aí em 1389 (AML-AH, *Livro I do Hospital de D. Maria de Aboim*, n. 22 (1389, Set. 9, Lisboa (Paços do Concelho na antecâmara da vereação) em traslado de 1404, Set. 4, Lisboa (Corredoura da porta de Sto. Antão).

⁸⁵ AML-AH, *Livro II de D. Duarte e D. Afonso V*, n. 3; *Livro dos Pregos*, n. 320 (1433, Jul. 23, Sintra); Marcello CAETANO, «Prefácio» a Maria Teresa Campos RODRIGUES, *Aspectos da Administração Municipal de Lisboa no século XV*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1968, p. 13. Este livro encontrava-se já preso à mesa da Câmara dois anos mais tarde (*Livro I de Místicos de Reis, Livro II dos Reis D. Dinis...*, p. 73-75 (1435, Ago. 16, Lisboa).

⁸⁶ Esta prática é reconhecida no reino francês entre os finais do século XII e o princípio do século XIV (Claude GAUVARD, «Théorie, rédaction et usage du droit dans les villes du royaume de France du XII^e au XV^e siècle: esquisse d'un bilan» in Pierre MONNET e Otto Gerhard OEXLE, eds. *Stadt und Recht im Mittelalter – La ville et le droit au Moyen Âge*, Göttingen, Vandenhoeck& Ruprecht, 2003, p. 28).

⁸⁷ Esses registos de privilégios eram importantes para a garantia das liberdades concelhias e tinham direito, portanto, a livros compilatórios específicos. O concelho de Elvas solicita permissão, em 1439, para trasladar o seu *Livro velho de privilégios* (ANTT, *Leitura Nova. Livro 6^o de Odiana*, fl. 145 citado em Maria Helena da Cruz COELHO, «Relações de Domínio...», p. 266). Um outro exemplo é o *Tombo velho* do Concelho de Sesimbra, presentemente em processo de transcrição e publicação integral pela Dra. Marta Castelo Branco. Essa prática regista-se igualmente noutras regiões (Ola GALLEGU DOMÍNGUEZ, «El Archivo del Concejo de la ciudad de Orense y sus fundos hasta el año 1600» in Emilio SÁEZ, Cristina SEGURA GRAÍÑO, Margarida CANTERA MONTENEGRO, eds. *La ciudad hispanica durante los siglos XIII a XVI. Actas del coloquio celebrado en La Rábida y Sevilla del 14 al 19 de septiembre de 1981*, vol. I, Madrid, Universidad Complutense, 1985, p. 187).

⁸⁸ Exemplo desse modo de proceder detecta-se, por exemplo, em um *caderno de pergamino* que continha «alguns capítulos de graças e mercês que o dito rei [D. João I] fez ao concelho de Lisboa», assinado pelo rei e pelo Dr. João das Regras (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, liv. 5, fl. 70v (1405, Ago. 8, [Lisboa] (Nos Contos do rei); ou, então, em «huum livro de previllegios e capitollos que o dicto senhor rey deu e outorgou aa dicta çidade scripto em purgaminho aberto e seellado de seu seello pendiente do

efectuados pelo Município⁸⁹. Não causa surpresa, por isso, que o método adoptado para a organização moderna de cartulários temáticos, que presidem, ainda hoje, à arrumação da documentação medieval que vigora no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa⁹⁰.

Nesse contexto de manutenção da documentação medieval da Câmara de Lisboa, os quase 740 documentos conservados para o período em estudo⁹¹ caucionam um conhecimento suficiente sobre as relações entre o concelho e a Coroa⁹² e a gestão das capelas e do hospital sob tutela camarária⁹³.

Mas, apesar dessa relativa riqueza documental, um estudo prosopográfico, como aquele aqui intentado, necessitou obviamente de uma recolha mais abrangente. Foram assim perscrutados os fundos eclesiásticos (colegiais e monástico-conventuais) da cidade e termo de Lisboa, como de outros centros urbanos do reino, nomeadamente daqueles situados no espaço estremenho. Essa pesquisa foi executada em paralelo com o levantamento das referências a oligarcas de Lisboa na documentação régia e nos fundos

chumbho posto em fios de seda retos verde» (AML-AH, *Livro I de D. João I*, n. 5 (1393, Out. 31, Lisboa (Paços do Concelho).

⁸⁹ Como se percebe pela existência de um *livro de pergaminho* da Câmara do dito concelho, no qual se continha «soma de contrautos d'allgúas posissoes e cousas do dicto concelho aa dita câmara pertencentes» (AML-AH, *Livro I de Emprazamentos*, n. 3 (1423, Fev. 6, Lisboa (Dentro das pousadas da morada de Mem Rodrigues, escudeiro, vassallo do rei e juiz dos feitos cíveis na dita cidade); *ib.*, n. 4 (1424, Fev. 21, Lisboa (Dentro da câmara de vereação).

⁹⁰ Veja-se o índice da documentação do arquivo até D. Fernando, nomeadamente a listagem dos livros em *Documentos Medievais (1179-1383)*..., p. 132-137.

⁹¹ Na medida em que procedemos à recolha da informação a partir da consulta dos originais, dispensámo-nos de utilizar a sua edição nos *Livros de Reis* na colecção *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa* (*Livro de Reis I*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1957; *Livro de Reis II*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1958; *Livro de Reis III*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1959), tanto mais que são bens conhecidas as deficiências da sua edição para uma utilização histórica, como pertinentemente esclareceu A. H. de Oliveira Marques (A. H. de Oliveira MARQUES, *Guia do Estudante*..., p. 223). Ao contrário, utilizámos os dois volumes de documentação publicados no âmbito da Comemoração do Oitavo Centenário da Conquista da Cidade aos Mouros, em virtude dos documentos aí publicados serem-no *in extenso*.

⁹² Já que 49 % dessa documentação são cartas régias e outros 4 % são cartas do infante D. Duarte, antes da sua entronização em 1433.

⁹³ De igual modo, o arquivo municipal conservava documentação de âmbito nacional, casos de um tratado com a Bretanha que foi trazido, em 1484, por um morador de Lisboa, após solicitação de D. João II ou a quitação dada por Filipe o Bom, duque da Borgonha das arras de D. Filipa pagas por seu pai D. João I. Existiria igualmente valiosa documentação particular, à semelhança de uma doação de D. Nuno Álvares Pereira ao convento de Sta. Maria do Carmo (veja-se respectivamente Adelaide Millán COSTA, *Projeção espacial*..., p. 34-35; *Livro I de Místicos de Reis*, n. 14; *Livro dos Pregos*, n. 303 (1433, Jun. 13, Antuérpia em traslado de 1433, Out. 25, Antuérpia). Relativamente à doação do Condestável, as duas outras cópias do documento ficaram no cartório da Sé de Lisboa e no mosteiro de Sta. Maria [do Carmo] (na arca das outras escrituras). O documento enviado ao Concelho «he o que ha-d' estar na camara do concelho da cidade de Lixbõa n' arca onde estam as outras escrituras do dicto concelho» (AML-AH, *Livro II de D. João I*, n. 9 (1404, Jul. 28, Almada (Paços de Nuno Álvares Pereira).

particulares passíveis de consulta⁹⁴. Apesar do tempo gasto nessa operação, os resultados foram frutíferos, pois muitos desses fundos conservam documentação produzida no seio da instituição ou a ela respeitante⁹⁵.

Através deste expediente foi possível observar uma aparente correspondência entre tipologia documental e local de conservação. De facto, os códices do arquivo municipal foram importantes para a obtenção de cartas emitidas pelo rei sobre os vários assuntos envolvendo o poder régio e a instituição municipal, assim como de cartas relacionadas com a gestão dos hospitais de D. Maria de Aboim, do Conde D. Pedro e ao hospital de Estêvão da Guarda. Menos importantes, em termos numéricos, foram os capítulos gerais e especiais de Cortes e os traslados tabeliônicos, geralmente de cartas régias, aí encontrados⁹⁶. Esse facto tornou ainda mais imprescindíveis os cerca de cem documentos, conservados nesse arquivo e emanados de esferas da própria instituição, os quais foram determinantes para a identificação e a intervenção dos oficiais camarários, nomeadamente quando se tratou de actos de normativa interna elaborada em sede de reunião da vereação⁹⁷. A documentação medieval do Arquivo Histórico da Câmara de

⁹⁴ Pensamos nomeadamente no cartulário da capela de Maria Esteves, conservado no Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa e no Arquivo dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira, pertencente à família Vasconcelos e Sousa em depósito no ANTT.

⁹⁵ Com a particularidade de, nas centenas de cartas compulsadas, nenhuma delas respeitar negócios de transferência de bens por parte de oligarcas durante o período de vigência dos seus mandatos. Talvez em Lisboa se verificasse, como em Óbidos, a proibição da aquisição de bens de raiz no concelho pelos oligarcas em exercício (Manuela Santos SILVA, *Estruturas urbanas e Administração Concelhia. Óbidos Medieval*, Cascais, Patrimonia, 1997, p. 129).

⁹⁶ Os traslados por mão de tabelião correspondem a 6 % da documentação, enquanto os capítulos de Cortes foram assimilados numa categoria «Outros» valendo 9 % dos documentos guardados do Arquivo da Câmara de Lisboa com uma datação entre 1325 e 1433. Não sabemos se o Concelho manteve qualquer registo da documentação que expedia. A ter existido, essa seria certamente uma fonte importante. Como elemento de comparação, note-se que, durante o quinquénio de 1449-1454, o concelho de Valencia expediu pelo menos 1031 cartas, das quais oito a instituições portuguesas. Ivan MARTÍNEZ ARAQUE, «*Mare e cap del regne*». Las relaciones epistolares de la ciudad de Valencia a finales del reinado de Alfonso el Magnánimo (1449-1454)» in Beatriz ARÍZAGA BOLUMBURU e Jesús Ángel SOLÓRZANO TELECHEA, eds. *La ciudad medieval y su influencia territorial. Actas de Nájera. Encuentros Internacionales del Medievo 2006*, Logroño, Gobierno de la Rioja – Instituto de Estudios Riojanos, 2007, p. 262, 277.

⁹⁷ Pelo facto de nos escatocolos das posturas elaboradas em reunião se enumerarem alguns dos oligarcas presentes na mesma. De facto, a Câmara de Lisboa destaca-se pela posse do mais importante conjunto de posturas medievais existentes em Portugal, consignadas em dois livros dados à estampa no mesmo ano (*Posturas do Concelho de Lisboa (século XIV)*, edição de Francisco José VELOZO e José Pedro MACHADO, Lisboa, Sociedade da Língua Portuguesa, 1974; *Livro das Posturas Antigas*, ed. de Maria Teresa Campos RODRIGUES, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1974. Para este trabalho foi útil sobretudo este último pelas posturas registadas em reuniões da vereação do primeiro terço do século XV. Infelizmente, falta-nos a documentação da prática que nos permitiria avaliar do seu respeito e abuso. Sobre esta questão, veja-se entre outros María ASENJO GONZÁLEZ, «La vida económica de las ciudades de la Corona de Castilla a través de sus ordenanzas. Siglos XIII-XVI» in Simonetta CAVACIOCCHI, ed., *Poteri economici e poteri politici. Secc. XIII-XVIII*, Prato, Istituto Internazionale di Storia Economica "F. Datini" – Le Monnier, 1999, p. 591; Miguel Angel LADERO QUESADA, «La

Lisboa completa-se ainda por posturas (organizadas em livros específicos) e por um conjunto de documentos redigidos no seio das audiências dos alvazis/juízes, documentos esses que são justamente os diplomas referentes à instituição camarária mais representados nos cartórios eclesiásticos e particulares perscrutados. Não cabe aqui glosar sobre a sua existência nem, tão pouco, aprofundar a razão pela qual estes se encontram em tão grande número no fundo do *Mosteiro de S. Vicente de Fora* conservado⁹⁸. Certo é que os 834 documentos desse tipo, recenseados até ao momento, justificaram a abrangência do levantamento e constituiriam uma preciosa ajuda na reconstituição dos elencos governativos anuais⁹⁹, permitindo superar a pouca expressão numérica das reuniões de vereação consignadas nos documentos à guarda do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa. Para além disso, a própria documentação dessas instituições não-camarárias foi igualmente importante pelas informações de natureza social e patrimonial que proporcionou sobre os indivíduos em estudo e as suas famílias.

A documentação camarária existente pode também ser utilizada como argumento para explicitar os termos cronológicos do presente estudo. De facto, a documentação concelhia torna-se numerosa somente a partir do reinado de D. Afonso IV¹⁰⁰, o que cauciona as poucas informações disponíveis para a reconstituição dos elencos camarários anteriores ao reinado de *O Bravo*¹⁰¹. A esta distribuição cronológica da documentação acresce a conjuntura. Existindo uma prática historiográfica que faz

caza en la legislación municipal castellana. Siglos XIII a XVIII», *En la España Medieval*, 1 (1980), p. 197.

⁹⁸ Existentes em quase todos os fundos, estes surgem sobre-representados no fundo do *Mosteiro de S. Vicente de Fora* conservado no ANTT. É possível que o recurso sistemático do Mosteiro à audiência do alvazil/juiz do cível no decurso do século XIV, geralmente para o traslado de um emprazamento ou arrendamento de um bem do mosteiro, se deva a algum imperativo legal, de que não conseguimos descortinar os termos exactos. Uma outra hipótese explicativa pode ser uma conjuntura endémica de antagonismo com o Ordinário, que levaria as autoridades do mosteiro a substituir o normal recurso à audiência episcopal pela audiência do alvazil/juiz camarário.

⁹⁹ A importância deste tipo de documentos decorria do facto da identificação do oficial responsável pela referida audiência constar invariavelmente do protocolo do diploma, assim como da identificação das testemunhas do mesmo no escatocolo do mesmo.

¹⁰⁰ O Arquivo Municipal de Lisboa conserva 61 documentos do reinado de D. Dinis, enquanto restaram 122 do reinado de D. Afonso IV; 50 documentos do de D. Pedro; 70 documentos do de D. Fernando e 490 documentos do de D. João I, além de 7 documentos produzidos durante o Interregno.

¹⁰¹ Veja-se como abono a disparidade entre os nomes de oficiais camarários registados nos elencos elaborados por Miguel Gomes Martins e Carlos Guardado da Silva (ARQUIVO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, *A Evolução Municipal de Lisboa: Pelouros e Vereações*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1997; Carlos Guardado da SILVA, *Lisboa Medieval...*, p. 103-105).

coincidir um corte analítico entre os reinados de D. Dinis e de seu filho¹⁰², o *terminus a quo* justifica-se igualmente pela grande transformação da estrutura camarária medieval portuguesa causada pela institucionalização das vereações e a vulgarização das intervenções régias na mesma. É toda uma nova lógica de governo urbano que se estabelece pela inserção de novos grupos institucionalizados de poder no seio das Câmaras. Tais (r)evoluções ocorreram justamente a partir dos alvares do reinado de D. Afonso IV. Já o *terminus ad quem* – fixado no final do reinado de D. João I – não pode ser justificado por um mero elemento conjuntural. Para o seu estabelecimento foi considerado o estádio da historiografia que, no caso do conhecimento da elite camarária lisiponense, tem privilegiado de forma marcada a Primeira Dinastia¹⁰³. A excelente análise daí resultante tornaria porventura redundante uma nova sistematização que não procurasse «ver» para além do que já estava «feito». Nesse particular, os quarenta e oito anos do reinado de D. João I tornavam-se assim um período excelente para o prosseguimento da referida análise, tanto mais que desse período se conservam um conjunto apreciável de documentos camarários¹⁰⁴. Em termos metodológicos, os cerca de cem anos (cento e oito para ser mais preciso) assim escolhidos representam um período aceitável para a elaboração, análise e apresentação de uma prosopografia a realizar no espaço de quatro ou cinco anos, em sintonia aliás com o que se considera como o período de tempo ideal para a elaboração de um estudo dessa índole¹⁰⁵.

¹⁰² Veja-se o corte na *Historia de Portugal* dirigida por José Mattoso entre a análise efectuada pelo mesmo entre 1096-1325 e a de Armindo de Sousa para o período 1325-1480 (*História de Portugal*, direcção de José MATTOSO, vol. II: José MATTOSO e Armindo de SOUSA, *A Monarquia Feudal (1096-1480)*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1992). A mesma data orientou a cesura entre a cronologia abrangida pelos volumes III e IV da *Nova História de Portugal* dirigida por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (*Nova História de Portugal*, vol. III: *Portugal em definição de Fronteiras (1096-1325). Do Condado portugalense à Crise do Século XIV*, coord. de Maria Helena da Cruz COELHO e Armando Luís de Carvalho HOMEM, Lisboa, Editorial Presença, 1996; vol. IV: A. H. de Oliveira MARQUES, *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*, Lisboa, Editorial Presença, 1987).

¹⁰³ Vejam-se os estudos de Miguel Gomes Martins referidos na nota 33 desta introdução.

¹⁰⁴ No AML-AH conservam-se, como vimos, 490 documentos do reinado de D. João I, sendo que dezoito são emitidos em nome do infante D. Duarte. Alguns destes documentos, datados de 1433, revelam muitas das reclamações apresentadas ao infante pelo Concelho, permitindo um olhar mais detalhado sobre a vivência da instituição.

¹⁰⁵ María ASENJO GONZÁLEZ, «Cuestiones de método en historia social; las oligarquias urbanas en Castilla» in *La Prosopografía como método de investigación sobre la Edad Media. Seminario de Historia Medieval*, Zaragoza, Universidad de Zaragoza, 2006, p. 69; Rafael NARBONA VIZCAÍNO, «El método prosopográfico y el estudio de las élites de poder bajomedievales» in *Aragón en la Edad Media. Sesiones de Trabajo. V Seminario de Historia Medieval - El estado de la Baja Edad Media. Nuevas perspectivas metodológicas: sesiones de trabajo*, Zaragoza, Universidad de Zaragoza – Facultad de Filosofía y Letras – Departamento de Historia Medieval, Ciencias y Técnicas Historiográficas y Estudios Arabes e Islamicos, 1999, p. 47.

Na verdade, este último argumento coloca o importante problema das escolhas metodológicas e conceptuais efectuadas que importa referir no seguimento desta introdução. Assim, no arsenal metodológico à disposição do historiador para o estudo sociológico de uma determinada instituição, a prosopografia, enquanto método de análise social¹⁰⁶, tem permitido significativos avanços no conhecimento dos grupos de poder medievais como a nobreza¹⁰⁷, a clerezia¹⁰⁸ e as elites dirigentes em geral¹⁰⁹. Para o caso dos grupos oligárquicos camarários na medievalidade portuguesa, a sua pertinência ficou comprovada pelos resultados obtidos no caso do Porto¹¹⁰, continuando a ser reclamado para o devido esclarecimento das relações das oligarquias camarárias com as sociedades urbanas nas quais se inserem¹¹¹.

Insistindo sobre a recolha de dados biográficos, geralmente de origens diversas, a sua operacionalização secundariza o estudo multifacetado de micro-história ao inquérito da dimensão e características sociológicas de um determinado grupo¹¹². Tal facto permite conhecer, a partir de uma recolha de um conjunto de dados por vezes

¹⁰⁶ José Angel SESMA MUÑOZ, Germán NAVARRO ESPINACH e Carlos LALIENA CORBERA, «Prosopografía de las sociedades urbanas de Aragón durante los siglos XIV y XV. Un balance provisional» in *La Prosopografía como método de investigación sobre la Edad Media. Seminario de Historia Medieval*, Zaragoza, Universidad de Zaragoza, 2006, p. 7. Sobre a origem e história deste método, veja-se entre muitos outros Georges BEECH, «Prosopography» in James M. POWELL, ed. *Medieval Studies. An Introduction*, 2ª ed., Syracuse, Syracuse University Press, 1992, p. 185-226; Rafael NARBONA VIZCAÍNO, Rafael, «El método prosopográfico...», p. 35-36;

¹⁰⁷ Martin AURELL, «The Western nobility in the later middle ages. A survey of the historiography and some prospects for new research» in Anne DUGGAN, ed. *Nobles and Nobility in Medieval Europe. Concepts, Origins, Transformations*, London, Boydell, 2000, p. 263. Uma recente análise do caso português em Maria João BRANCO, «The nobility of Medieval Portugal (XI-XIV centuries): a general overview» in *ib.*, p. 223-243 e Bernardo de Vasconcelos e SOUSA, «Linhagem e identidade social na nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)», *Hispania. Revista Española de Historia*, vol. LXVII, 227 (septiembre-diciembre 2007), p. 881-898.

¹⁰⁸ Nomeadamente aquela ligada à hierarquia secular como bispos e cabidos catedralícios. Hermínia VILAR, «Canons and Cities: Cathedral Chapters and Their Social Composition in Medieval Portugal », *e-JPH*, vol. 5, 2 (Winter 2007), p. 1-19 (edição electronic: (http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/)). Recentes estados da questão em *ead.*, «História da Igreja em Portugal: um percurso possível pelas provas académicas (1995-2000)», *Lusitânia Sacra*, 2ª série, XIII-XIV (2001-2002), p. 569-582 e Maria Helena da Cruz COELHO, «O que se vem investigando em História da Igreja em Portugal em tempos Medievais», *Medievalismo*, ano 16, 16 (2006), p. 205-223.

¹⁰⁹ Veja-se, como mero exemplo, as contribuições do colectivo *Les Élités Urbaines au Moyen Âge. XXVII^e Congrès de la SHMES (Rome, Mai 1996)*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1997.

¹¹⁰ Adelaide Millán COSTA, «Elites and oligarchies...»; Luís Miguel DUARTE, «Prosopografia e elites urbanas...», p. 105.

¹¹¹ Maria Helena da Cruz COELHO, «O Poder concelhio em tempos medievais. Balanço historiográfico» p. 56.

¹¹² Joseph MORSEL, «Histoire lignagère et non-genèse de l'Etat en Allemagne du Sud à la fin du Moyen Âge. Entre prosopographie et micro-histoire» in Jean-Philippe GENET e G. LOTTES, dirs. *L'Etat Moderne et les Élités, XIII^e-XVIII^e siècles. Apports et limites de la méthode prosopographique*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1996, p. 147.

esparços, as funções, estatutos sociais e actividades dos membros desse mesmo grupo¹¹³. Aplicado a uma qualquer elite, tem por objectivo, em teoria, o conhecimento da sua estrutura e da mobilidade social dos seus membros¹¹⁴.

A prosopografia exige, além disso, a partilha por todos os indivíduos em estudo de uma característica comum. O critério de inserção no grupo a estudar resulta assim de um compromisso entre o desejável e o possível, onde o ideal seria a elaboração de um estudo sobre todos aqueles que se encontravam ligados ao governo municipal. O grupo de poder instalado na instituição definir-se-ia então em torno daqueles que participam nas reuniões da vereação. Não é por isso surpreendente que tenha sido este o critério utilizado pelos autores que conseguem identificar os membros desse grupo através das actas camarária¹¹⁵. Obviamente, um tal desígnio nem sempre é possível pela inexistência de fontes compatíveis com esse desiderato e porque, por vezes, somente a presença física no espaço camarário não pode ser considerada como critério. De facto, muitos encontrar-se-iam presentes nesse espaço de poder porque para aí eram convocados de forma pontual ou porque aí se deslocavam para a dirimção de pleitos nos quais eram parte ou testemunhas¹¹⁶.

Nessa perspectiva, o *ideal* tem de se transformar em *possível*, restringindo-se o estudo a efectuar ao quadro de funcionários que ciclicamente serviam a instituição. Esse critério permite definir a oligarquia camarária, não em função de todos os homens-bons que participavam nas reuniões camarárias, mas sim em função dos participantes nos elencos camarários renovados praticamente de forma anual. Sendo este um critério algo redutor – como veremos no terceiro capítulo através do caso dos conselheiros da Câmara – tal posicionamento metodológico tem a virtude de permitir delimitar com rigor a população, ou seja, de circunscrever de forma clara e precisa o grupo a prosopografar, visto os elencos camarários terem um número determinado de constituintes, o que faculta um conhecimento substantivo sobre as lacunas e, portanto, sobre a representatividade dos dados encontrados. Não é surpreendente, por isso, que

¹¹³ Rafael NARBONA VIZCAÍNO, «El método prosopográfico...», p. 34-35.

¹¹⁴ María ASENJO GONZÁLEZ, «Cuestiones de método...», p. 69.

¹¹⁵ Neste posicionamento situa-se autores como Adelaide Millán Costa (Adelaide Millán COSTA, «Vereação» e «vereadores»..., p. 99).

¹¹⁶ *Ib.*, p. 57.

este critério tem sido frequentemente empregue nos trabalhos que se têm vindo a efectuar sobre esta temática¹¹⁷.

Contudo, a prosopografia só se torna operacional (ou só se deveria considerar como um método operacional) quando a mesmo se torna um método e não um fim. O mesmo pode ser referido sobre a genealogia¹¹⁸. Se o historiador conseguir ultrapassar a natural tendência da simples reconstituição do esquema geracional de um determinado grupo familiar, esta torna-se uma importante ferramenta para a análise de processos sociais¹¹⁹ como as relações de sociabilidade sanguíneas e de aliança ou a própria fertilidade. No que respeita à entidade camarária, ela torna-se imprescindível na caracterização da inserção dos grupos familiares da instituição (tempos de permanências, número e períodos da presença dos diversos membros do grupo familiar no seio da instituição, entre outros).

De igual modo, pretendeu-se imprimir a este trabalho uma componente de comparação com outros casos conhecidos, tanto no âmbito do municipalismo medieval português, quando do estrangeiro, geralmente peninsular (maioritariamente castelhano e aragonês). Temos que reconhecer que esse desígnio, associando – cremos que para o benefício de todos – dados de mesma natureza, não ultrapassou frequentemente um magro empirismo, devido por vezes às diferenças cronológicas entre os informes, às diferenças organizativas e conjunturais entre os sistemas urbanos relacionados e mesmo à própria especificidade de Lisboa anteriormente descrita.

A mesma cautela terminológica teve ser aplicada ao objecto de estudo – a Câmara e a Oligarquia. Quanto à primeira, é por demais evidente a polissemia que esse termo beneficiou na documentação medieval enquanto sinónimo de comunidade urbana, de instituição jurídica ou de órgão dirigente¹²⁰. Para nós, e aceitando a referida

¹¹⁷ Pierre MONNET, «Doit-on encore parler de patriciat? (dans les villes allemandes de la fin du Moyen Age)», *Bulletin d'Information de la Mission Historique Française en Allemagne*, vol. 32, 1 (1996), p. 58.

¹¹⁸ Esta encontra-se com provas dadas na nossa historiografia, como constata José Augusto Pizarro no balanço efectuado em «O Género genealógico na Historiografia Medieval Portuguesa» in Gonçalo de Vasconcelos e SOUSA, coord. *Temas de Genealogia e de História da Família*, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família – Universidade Moderna, 1998, p. 103-132 e *ib.*, *Linhagens Medievais Portuguesas...*, vol. I, p. 129-151.

¹¹⁹ Enrique SORIA MESA, «Los estudios sobre las oligarquías municipales en la Castilla moderna. Un balance en claro oscuro», *Manuscripts*, 18 (2000), p. 191.

¹²⁰ Veja-se sobre esta questão, entre muitos outros, Adeline RUCQUOI, «Del concejo a la Comunidad» in *Valladolid en la Edad Media: La villa del Esgueyra*, Valladolid, Fundación Municipal de Cultura – Ayuntamiento de Valladolid, 1983, p. 748-749 e María ASENJO GONZÁLEZ, «Sociedad urbana y repoblación de las tierras de Segovia al sur de la Sierra de Guadarrama», *En la España medieval*, 5 (1986), p. 127-128.

polissemia, o seu emprego no presente trabalho remete sobretudo para a ideia de instituição jurídica.

De esclarecimento mais difícil é a designação escolhida para apelidar o grupo em estudo, na medida em que o grupo raramente se designa de forma conceptual na documental existente. Esse facto torna necessário o recurso a conceitos forjados *a posteriori*, os quais não deixam de ser objecto de operacionalização no âmbito de estudos históricos¹²¹. Assim sendo, torna-se necessário proceder à escolha de um ou mais conceitos que traduzam o posicionamento na sociedade daqueles que influem directamente na administração urbana, as pessoas de topo. Esta necessidade é simultaneamente uma exigência metodológica, no âmbito de um estudo como o nosso, e um exercício perigoso, dada a multiplicidade de formas que as elites urbanas designam-se elas próprias¹²².

Nessa perspectiva, passamos em revista, de forma sucinta, os termos presentes na historiografia especializada e as justificações para a sua respectiva rejeição ou aceitação.

Em primeiro lugar, o conceito de **notabilidade** é demasiado abrangente, pois implica o estudo de todos aqueles que se destacaram no seio de uma dada sociedade. Nessa perspectiva, torna-se operativo quando o objecto de estudo se alarga à totalidade dos *notáveis* de uma sociedade urbana, como no caso de Dijon estudado por Thierry Dutour¹²³. Não é este o nosso propósito. De facto, apesar da necessidade do estudo globalizante para o conhecimento das elites de um local¹²⁴, o nosso objectivo é

¹²¹ Sobre os conceitos presentes na documentação coeva e aqueles elaborados posteriormente, vejam-se as importantes considerações de Antoine PROST, *Douze leçons sur l'histoire*, Paris, Editions du Seuil, 1996, p. 126.

¹²² Jean-Pierre BARRAQUÉ, *Saragosse à la fin du Moyen Âge. Une ville sous influence*, Paris, L'Harmattan, 1999, p. 18-19.

¹²³ Thierry DUTOUR, *Une société de l'honneur. Les notables et leur monde à Dijon à la fin du Moyen Âge*. Paris, Honoré Champion, 1998.

¹²⁴ Muitos historiadores salientam esta necessidade de estudos globalizantes. Alain DERVILLE, «Les elites urbaines en Flandres et en Artois» in Claude GAUVARD, ed. *Les élites urbaines au Moyen Age. XXVII^e Congrès de la SHMES (Rome, Mai 1996)*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1997, p. 119; María ASENJO GONZÁLEZ, «Las ciudades medievales castellanas. Balance y perspectivas de su desarrollo historiográfico (1990-2004)», *En la España Medieval*, 28 (2005), p. 424; *ead.*, «Cuestiones de método...», p. 73; José María IMIZCOZ BEUNZA, «Actores sociales y redes de relaciones en las sociedades del Antiguo Régimen. Propuestas de análisis en historia social y política» in Carlos BARROS, ed. *Historia a Debate*, tomo II: Retorno del sujeto, Santiago de Compostela, Autores e Historia a Debate, 1995, p. 347; Neithard BULST, «Les dirigeants, les institutions représentatives et leurs membres : élites du pouvoir rivaux ou partenaires?» in Wolfgang REINHARD, dir. *Les Élités du Pouvoir et la Construction de l'État en Europe*, Paris, Presses Universitaires de France, 1996, p. 53.

unicamente o estudo duma fracção – aqueles que tiveram por função servir a instituição camarária através do serviço nos seus ofícios.

A **aristocracia** poderia ser outro termo operativo, porquanto remete para o conceito de elite social ou de grupo que dirige a sociedade¹²⁵. No entanto, a sua aplicação ao nível camarário supõe alguns problemas, na medida em que a sua etimologia de governo por uma minoria de homens, reconhecidos pelos próprios e pelos outros como os melhores¹²⁶, dificilmente se aplicaria neste caso. É certo que o termo não se aplica somente à nobreza e pode igualmente ter fundamento na designação de elementos governativos camarários. No entanto, é inegável que a sua aplicação historiográfica remete para contextos ligados aos *meliores*, à franja superior da nobreza¹²⁷ que, no caso vertente de Lisboa, como veremos, não se encontra na população em estudo¹²⁸.

Em paralelo, o conceito de **patriciado urbano** tem sofrido uma profunda evolução. Popularizado pelos trabalhos de Henri Pirenne e de Jean Lestocquoy¹²⁹, muitos historiadores criticaram a sua aplicabilidade ao espaço urbano outro que não o italiano e flamengo, onde as cidades densamente povoadas congregavam um grupo de homens que tomavam conta do poder social e político a partir de uma preeminência económica conferida pelo grande comércio¹³⁰. Torna-se assim um conceito extremamente redutor¹³¹, para além de anacrónico¹³². Essas críticas são justas. Porém,

¹²⁵ Boris BOVE, *Dominer la ville : prévôts des marchands et échevins parisiens de 1260 à 1350*, Paris, CTHS, 2004, p. 49

¹²⁶ Joseph MORSEL, *L'aristocratie médiévale. La domination sociale en Occident (V^e-XV^e siècle)*, Paris, Armand Colin, 2004 p. 6.

¹²⁷ *Ib.*, p. 7

¹²⁸ Veja-se o capítulo 2. Apesar disso, o termo continua a ter adeptos como Julio Valdeon Baruque, depois de ter considerado a oligarquia como termo insuficiente para designar os grupos de poder nas urbes ibéricas medievais, como referido por José Antonio JARA FUENTE, «Elites urbanas y sistemas concejiles: une propuesta teórico-metodológica para el análisis de los subsistemas de poder en los concejos castellanos de la Baja Edad Media», *Hispania. Revista Española de Historia*, vol. LXI/1, 207 (2001), p. 221-266.

¹²⁹ Marc BOONE, «Urban space and urban identity in late medieval Europe. Espace urbain, identité urbaine dans l'Europe du bas moyen âge. Introduction» in Marc BOONE e Peter STABEL, eds. *Shaping Urban Identity in Late Medieval Europe*, Leuven- Apeldoorn, Garant, 2000, p. VII-; Rita Costa GOMES, «As Elites urbanas no final da Idade Media. Três pequenas cidades do interior» in *Estudos e Ensaios de Homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1988, p. 229.

¹³⁰ Esta crítica baseou-se em alguns estudos que reduziram consideravelmente o papel dos mercadores e dos banqueiros nas cidades menos desenvolvidas. Jean-Pierre BARRAQUÉ, «Les ciudadanos de Saragosse...», p. 33.

¹³¹ José María MONSALVO ANTÓN, «Transformaciones sociales y relaciones de poder en los concejos de frontera, siglos XI-XIII. Aldeanos, vecinos y caballeros ante las instituciones municipales» in Reina PASTOR, ed., *Relaciones de poder, de producción y parentesco en la Edad Media y Moderna*, Madrid, 1990, p. 166.

não seria este o primeiro conceito que é utilizado pelos medievalistas sem que haja o seu correspondente na terminologia coeva¹³³. Cremos que esse conceito tem o seu valor, se o tratarmos como termo relativo ao corpo político, como fazem os classicistas¹³⁴ na associação a uma oligarquia de carácter plutocrático¹³⁵. Assim, essa utilização alicerça-se no seu emprego para designar elites «homogéneas», pertencentes a um mesmo grupo social. Essa outra acepção tem ajudado a que o termo beneficie actualmente de uma reabilitação e de uma utilização historiográfica apreciável, sobretudo nos casos onde a ligação ao elemento económico pelos membros do grupo dirigente não oferece dúvidas, ou seja, onde os dirigentes são justamente as elites mercantis como acontece em Barcelona¹³⁶ e em Paris¹³⁷. Assim parece aconselhar-se o seu emprego em elites «homogeneizadas» em torno de um grupo social preciso. Ainda assim, e porque em Lisboa não se encontra provada a associação entre a elite económica e a elite camarária, nem a existência de uma vivência comercial que apresente a pujança das cidades italianas e flamengas onde esse termo foi empregue, cremos ser melhor restringir a sua utilização no presente trabalho à designação da elite económica de um qualquer aglomerado.

Idêntica precaução foi tomada em relação ao termo **burguesia**, visto que o seu emprego na realidade medieval lisiponense coloca problemas, não somente pela sua associação anacrónica com a classe social que tomou poder político na Europa do século XIX¹³⁸, mas também porque o vocábulo não se encontra na documentação

¹³² Visto ter sido introduzido durante o Renascimento (Gérard CHAIX, «Le patriciat urbain...», p. 537). Os seus detractores foram do calibre de historiadores como Alain Derville e Jacques Le Goff (Alain DERVILLE, «Les elites urbaines...» e Jacques LeGOFF, «Conclusions» in Claude GAUVARD, dir. *Les Élités Urbaines au Moyen Âge. XXVII^e Congrès de la SHMES (Rome, Mai 1996)*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1997, p. 126-127 e p. 448; Henri DUBOIS, «Les élites urbaines sous le regard des médiévistes français depuis 1945» in Claude PETITFRÈRE, ed. *Construction, reproduction et représentations des patriciats urbains de l'Antiquité au XX^e siècle, Actes du colloque tenu à Tours en 1998*, Tours, Centre d'histoire de la ville moderne et contemporaine, 1999, p. 532-533; Boris BOVE, *Dominer la ville...*, p. 19.

¹³³ Sobre esta questão, veja-se Antoine PROST, *Douze leçons...*, p. 126.

¹³⁴ Gérard CHAIX, «Le patriciat urbain...» e Maurice SARTRE, «Conclusions» in Claude PETITFRÈRE, ed. *Construction, reproduction et représentations des patriciats urbains de l'Antiquité au XX^e siècle, Actes du colloque tenu à Tours en 1998*, Tours, Centre d'histoire de la ville moderne et contemporaine, 1999, p. 537-549 e p. 552.

¹³⁵ Henri DUBOIS, «Les élites urbaines...», p. 529-530.

¹³⁶ Stephen BENSCH, *Barcelona and its rulers, 1091-1291*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995; Joseph FERNÁNDEZ TRABAL, «De “Prohoms” a ciudadanos honrados. Aproximación al estudio de las élites urbanas de la sociedad catalana bajomedieval (s. XIV-XV)», *Revista de Historia Medieval*, Valencia, 10 (1999), p. 335.

¹³⁷ Boris BOVE, *Dominer la ville...*

¹³⁸ Máximo DIAGO HERNANDO, «El perfil socioeconómico de los grupos gobernantes en las ciudades bajomedievales: análisis comparativa de los ejemplos castellano y alemán», *En la España Medieval*, 18 (1995), p. 86.

medieval da própria cidade. Não sendo este último um óbice intransponível, parece-nos que a sua utilização remete, à semelhança do termo patriciado, para elites conotadas com a preeminência económica propiciada pelo comércio de largo trato e pelos negócios financeiros. Assim, também o seu uso será restringido a esse grupo específico das elites urbanas e dos grupos dirigentes das cidades.

O conceito de **elite urbana** desenvolveu-se nas últimas décadas como um dos termos para designar as minorias dominantes de cada aglomerado nas quais pontificam aqueles que detêm o controlo sobre os governos urbanos¹³⁹. Contudo, apesar de a este conceito estarem subjacentes critérios de superioridade e de distinção social e de o mesmo permitir ultrapassar algumas nas noções mais restritivas consideradas anteriormente¹⁴⁰, o termo é demasiado abrangente para o nosso caso. De facto, não existe uma elite urbana. Elas declinam-se ao plural: existem as de carácter económico, social, político ou religioso. Ainda que o esclarecimento do grupo dirigente da Câmara tenha muitos pontos de afinidade com elas, o grupo enquanto tal não é a elite urbana, mas sim é uma elite no contexto das elites urbanas. Assim sendo, parece-nos pacífico a designação do nosso grupo como uma **elite** ao qual se deve apor a sua explicitação – **elite camarária**.

O conceito de **oligarquia** expressa bem o que entendemos por grupo dirigente. Por um lado, a sua etimologia expressa a forma de governo das instituições camarárias municipais em que a assunção de governo só poderia ser entregue a alguns¹⁴¹, na esteira da filosofia política aristotélica e da prática vigente nos municípios romanos¹⁴². Apesar

¹³⁹ Existe toda uma tradição conceptual em volta deste conceito, tornando-o um dos três patamares em que estão divididas as classes dirigentes das urbes. Sobre este assunto, veja-se entre outros Raymond ARON, «Classe sociale, classe politique, classe dirigeante», *Archives Européennes de Sociologie/European Sociology Journal*, vol. I, 2 (1960), p. 260-282; Pierre MONNET, «Élites dirigeantes et distinction sociale à Francfort-sur-le-Main (XIV^e-XV^e siècles)» in *id.*, *Villes d'Allemagne au Moyen Âge*, Paris, Éditions A. et J. Picard, 2004, p. 117 e José Antonio JARA FUENTE, «Elites urbanas y sistemas...», p. 239-247.

¹⁴⁰ Rafael NARBONA VIZCAÍNO, Rafael, «El método prosopográfico...», p. 31.

¹⁴¹ Antonio ANTELO IGLESIAS, «La ciudad ideal según fray Francesc Eiximenis y Rodrigo Sánchez de Arévalo» «La ciudad ideal según fray Francesc Eiximenis y Rodrigo Sánchez de Arévalo» in Emilio SÁEZ, Cristina SEGURA GRAÍÑO, Margarida CANTERA MONTENEGRO, coord. *La ciudad hispanica durante los siglos XIII a XVI. Actas del coloquio celebrado en La Rábida y Sevilla del 14 al 19 de septiembre de 1981*, Madrid, Universidad Complutense, 1985, vol. I, p. 27. Adeline Rucquoi chamou a atenção para o facto da oligarquia ser, no pensamento aristotélico, o resultado do desvio da forma de governo conhecida como a aristocracia (Adeline RUCQUOI, «Las oligarquías urbanas y las primeras burguesías en Castilla» in Luis Antonio RIBOT GARCÍA; Adolfo CARRASCO MARTÍNEZ e Luis Adão da FONSECA, eds. *Congreso Internacional de Historia. El Tratado de Tordesillas y su época*, vol. I, Madrid, JCL-JQCTT-CDP, 1995, p. 348).

¹⁴² Manuel F. LADERO QUESADA, *Las ciudades de la Corona de Castilla en la Baja Edad Media (siglos XIII al XV)*, Madrid, Arcos Libros, 1996, p. 32.

das vozes dissonantes¹⁴³, inclinamo-nos para a sua operacionalidade no caso vertente, tanto mais que a própria teoria política vigente no reino consagrava essa forma de governo ao nível camarário, como se depreende de um capítulo das Cortes de 1433¹⁴⁴. Este termo contém em si mesmo a ideia de monopólio do governo urbano, que rapidamente foi assimilada pelos historiadores a um domínio social consubstanciado no exercício do poder económico e político nas cidades. Para Julio Valdeón Baroque, esta refracção produz de forma frequente uma confusão entre oligarquia dirigente e classe dominante¹⁴⁵. Com efeito, este último conceito pode ser objecto de consideração, na medida em que o mesmo engloba todos os indivíduos pertencentes a um mesmo grupo, os quais partilham o desempenho de uma mesma função, o mesmo modo de vida e a mesma ideologia, como seria o caso da oligarquia camarária.

Tendo analisado algumas das especificidades de Lisboa, que poderão influir na análise dos resultados encontrados, havendo passado em revista o quadro historiográfico ligado à temática em apreço e às fontes utilizadas, tendo justificado a cronologia, os métodos e os principais conceitos empregue no presente trabalho, eis finalmente o momento de passar à sua apresentação. Privilegiámos a abordagem do tema segundo um tríptico claramente definido.

O primeiro capítulo foi elaborado de acordo com uma matriz marcadamente institucional, visto o seu objectivo principal ser a definição da orgânica camarária. O esclarecimento do *organigrama* concelhio torna-se assim um objecto de estudo que permitirá tipificar os ofícios existentes na instituição camarária e avaliar a importância que cada um deles usufruiu no seio da mesma. Logicamente, estas são questões que se

¹⁴³ Philip DAILEADER, *De vrais citoyens: violence, mémoire, et identité dans la communauté médiévale de Perpignan, 1162-1397*, Perpignan, Editions Trabucaire, 2004, p. 159.

¹⁴⁴ «Porque a justiça em muitas mãos traz sajoaria e corrupção e porque D. João [I] deu muitos ofícios adiante escritos para galardoar seus serviços e os assentar, ainda que não fossem muito convenháveis e tornavam-nos perpetuo, pedem que em cada cidade e vila e lugar não haja mais do que os juizes ordinarios que usem todos os feitos, assim de orfãos e judeus e de mar e de moeda e de besteiros do conto e de cavalo e de residuos e de qual outra condição que seja, porque melhor era haver dois homens discretos e entendidos para reger a justiça e dar a cada um o seu direito do que poderia haver dez ou doze e em alguns vinte que há em muitos lugares, o que atalharia em muitos pleitos e sajoarias e corrupções e outros males e roubos» (AML-AH, *Livro dos Pregos*, n. 321).

¹⁴⁵ Júlio VALDEÓN BARUQUE, «Las oligarquías urbanas» in *Concejos y ciudades en la Edad Media hispánica: II Congreso de Estudios Medievales*, Ávila, Fundacion Sanchez-Albornoz, 1990, p. 509; Manuel Fernando LADERO QUESADA, *Las ciudades de la Corona...*, p. 36. Jacques Le Goff não favorece esta designação de classe dominante porque ela remete unicamente para o carácter de superioridade (Jacques LEGOFF, «Tentative de Conclusions» in Claude GAUVARD, ed. *Les élites urbaines au Moyen Age. XXVII^e Congrès de la SHMES (Rome, Mai 1996)*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1997, p. 448).

tornam importantes no momento de estudar os percursos observados dos oligarcas em estudo.

Estes últimos fazem parte, aliás, da análise que compõe um longo segundo capítulo dedicado ao estudo prosopográfico da população encontrada, o qual se centrará em duas áreas principais: a vivência sócio-institucional dos indivíduos na entidade camarária e os seus comportamentos sociológicos através da observação das suas respectivas inserções familiares e cidadinas. Temos consciência que este capítulo, pelo seu excessivo tamanho, provoca um desequilíbrio entre as restantes secções do trabalho. cremos, contudo, que a correcta aplicação do método prosopográfico – assente numa análise quantitativa dos dados obtidos através de representação gráfica e não somente numa simples tipificação de alguns exemplos específicos¹⁴⁶ – assim o justifica e assim o exige. Ao inserir esta análise – a qual deveria ser a mais abrangente possível – num só capítulo, protegemos a sua integridade.

Quebrámos esse princípio de unicidade da análise prosopográfica somente na questão do intervencionismo régio na Câmara, na medida em que a sua presença no último capítulo do trabalho funciona sobretudo como elemento de prova. De facto, numa secção mais específica e, por isso, também mais pequena, esta análise serviu para demonstrar que o intervencionismo régio na Câmara de Lisboa se revestiu de um cariz, não somente jurisdicional, mas igualmente e sobretudo de carácter social.

¹⁴⁶ A essa análise estatística detalhada apela Elisabeth Crouzen-Pavan ao distingui-la de uma análise empírica das elites urbanas, baseada no estudo «des trajectoires exemplaires et les brillants itinéraires individuels». Elisabeth CROUZET-PAVAN, «Les élites urbaines: aperçus problématiques (France, Angleterre, Italie)» in Claude GAUVARD, ed. *Les élites urbaines au Moyen Age. XXVII^e Congrès de la SHMES (Rome, Mai 1996)*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1997, p. 12.